



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

REBECA RIBEIRO CHAGAS

**A PRAÇA DOZE DE OUTUBRO E O DINAMISMO SOCIOESPACIAL DO SEU
ENTORNO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ (BAHIA)**

**SALVADOR
2026**

REBECA RIBEIRO CHAGAS

**A PRAÇA DOZE DE OUTUBRO E O DINAMISMO SOCIOESPACIAL DO SEU
ENTORNO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ (BAHIA)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para à obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof.º Drº Wendel Henrique Baumgartner

SALVADOR
2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

REBECA RIBEIRO CHAGAS

A Praça Doze de Outubro e o dinamismo socioespacial no seu entorno no município São Sebastião do Passé (Bahia).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia. Salvador, 03 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **WENDEL HENRIQUE BAUMGARTNER**
Data: 03/07/2026 11:02:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO ANGELO MARTINS DA FONSECA**
Data: 04/07/2026 08:25:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Ângelo Martins da Fonseca
Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON GOMES DA EPIFANIA**
Data: 03/07/2026 11:21:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Anderson Gomes da Epifania Instituto
Federal Baiano - IFBaiano

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo amor e incentivo diário. Ao meu orientador, por conduzir esta pesquisa com dedicação. E a Deus, por guiar meus passos e conceder-me serenidade e perseverança para vencer cada desafio até esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus, por ter sido meu sustento em todos os momentos desta caminhada. Nos dias de incerteza, concedeu-me serenidade; nos desafios, fortaleceu minha fé; e, em cada conquista, mostrou-me que nenhum esforço é em vão.

Aos meus pais, por todo o amor, incentivo, dedicação e por nunca medirem esforços para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por acreditarem na educação como instrumento de transformação e por sempre me ensinarem, por meio do exemplo, o valor da honestidade, da perseverança e do compromisso com os meus objetivos. Nos momentos de dificuldade, vocês foram meu alicerce; nas conquistas, compartilharam comigo a alegria como se fosse de vocês. Sou imensamente grata por todo o apoio, pelas palavras de incentivo, pela compreensão e por caminharem ao meu lado em cada etapa desta jornada. Esta conquista é fruto do meu esforço, mas também do amor, do cuidado e da confiança que sempre recebi de vocês. Por isso, mais do que minha, esta conquista também é nossa!

Aos amigos e amigas que caminharam ao meu lado durante esta etapa da minha vida, meu sincero agradecimento. Desde aqueles que fazem parte da minha história há muitos anos até os que a universidade e o mundo de clube de leituras me permitiram conhecer, agradeço por cada palavra de incentivo, pelas conversas, pelas trocas de experiências e pelo apoio nos momentos de maior desafio. A presença de cada um, seja de forma próxima ou mesmo à distância, tornou essa caminhada mais leve, mais rica e muito mais significativa.

Ao meu orientador, Prof. Drº Wendel Henrique Baumgartner, pela confiança depositada em mim desde o início desta pesquisa, pela disponibilidade, pelos ensinamentos e pela orientação sempre cuidadosa. Agradeço, especialmente, por acreditar no potencial deste trabalho e por transformar o processo de orientação em uma experiência de aprendizado, crescimento e incentivo à continuidade da vida acadêmica.

Aos professores que compuseram a banca examinadora, pelas leituras atentas, pelas contribuições e pelas sugestões apresentadas, que enriqueceram este trabalho e ampliaram minhas perspectivas para futuras pesquisas.

À Universidade Federal da Bahia, ao Instituto de Geociências e a todos os professores que fizeram parte da minha formação, pelos conhecimentos compartilhados e pela contribuição para minha trajetória acadêmica. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Milton Santos –, cujo apoio foi fundamental para minha dedicação na graduação e na aquisição de conhecimentos da escrita acadêmica.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse e para que este importante ciclo da minha vida fosse concluído. Que este trabalho representa não apenas o encerramento da graduação, mas o início de uma trajetória dedicada à pesquisa, ao conhecimento e à construção de uma Geografia comprometida com a compreensão e a transformação do espaço.

"Eis que eu sou o Senhor, o Deus de todos os viventes; acaso, haveria coisa demasiadamente maravilhosa para mim?"

Jeremias 32:27

"A verdadeira viagem de descoberta consiste não em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos."

Marcel Proust

RESUMO

A presente pesquisa analisa a dinâmica socioespacial da Praça Doze de Outubro e de seu entorno no município de São Sebastião do Passé, localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), buscando compreender seu papel na organização urbana, nas práticas cotidianas e na produção do espaço urbano local. Parte-se do entendimento de que os espaços públicos constituem importantes elementos da estrutura urbana, concentrando funções econômicas, sociais, culturais e simbólicas que contribuem para a organização da vida urbana. Metodologicamente, a pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica sobre urbanização, produção do espaço, centralidade urbana e espaços públicos, apoiando-se principalmente nas bases teóricas de Henri Lefebvre, Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos e Flávio Villaça. Além disso, foram realizados levantamentos documentais e cartográficos, produção de mapas e gráficos, observações de campo, registros fotográficos e aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores, comerciantes e frequentadores da praça. Os resultados demonstram que a Praça Doze de Outubro desempenha papel estratégico na dinâmica urbana municipal, constituindo-se como importante espaço de centralidade ao concentrar equipamentos públicos, comércio, serviços e fluxos cotidianos da população; além de se configurar como espaço de convivência, memória coletiva, pertencimento e construção de identidades urbanas. Conclui-se que a dinâmica socioespacial da praça reflete processos mais amplos relacionados à produção do espaço urbano, à centralidade e às transformações decorrentes da inserção de São Sebastião do Passé na dinâmica metropolitana da Região Metropolitana de Salvador.

Palavras-chave: Produção do espaço. Dinâmica socioespacial. Centralidade urbana. Espaço público. São Sebastião do Passé.

ABSTRACT

This study analyzes the socio-spatial dynamics of Praça Doze de Outubro and its surrounding area, in the municipality of São Sebastião do Passé, located in the Metropolitan Region of Salvador (RMS), in order to understand its role in urban organization, daily life, and the production of the local urban space. The study is based on the understanding that public spaces represent key elements in the urban framework, fulfilling economic, social, cultural, and symbolic needs that promote the overall functioning of urban life. Methodologically, the research relies on a bibliographic review of urbanization, production of space, urban centrality, and public spaces, primarily based on the work of Henri Lefebvre, Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, and Flávio Villaça. Moreover, documentary and cartographic studies were carried out, as well as the production of maps and charts, field research, photographic records, and semi-structured surveys with local residents, businesses, and the general public in the square. Results reveal that Praça Doze de Outubro performs a strategic role in municipal urban dynamics, functioning as an important central hub by hosting public facilities, businesses, services, and daily commuters, but also as a space for community, memory, a sense of belonging, and the shaping of urban identity. Conclusively, the square's socio-spatial dynamics mirror broader processes related to the production of urban space, centrality, and the transformations resulting from São Sebastião do Passé integration into the dynamics of the Salvador Metropolitan Region.

Keywords: Production of space. Social dynamics. Urban centrality. Public space. São Sebastião do Passé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A construção do Engenho Lagoa, em São Sebastião do Passé-BA, um dos mais requintados do Recôncavo Baiano, data do final do séc. XVIII

Figura 2: Engenho Lagoa, São Sebastião do Passé-BA

Figura 3: Estátua do Coronel Luiz Ventura Esteves, localizada na Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA

Figura 4: Imagem do ex-governador Francisco Góes Calmon

Figura 5: Mapa de localização do município de São Sebastião do Passé-BA

Figura 6: Imagem por drone da Festa do São João na Avenida São Sebastião em 2025 no município de São Sebastião do Passé-BA

Figura 7: Recorte da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé-BA

Figura 8: Localização e delimitação da área de influência direta da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé-BA

Figura 9: Capela Igreja Matriz (1926)

Figura 10: Igreja Matriz de São Sebastião (1957)

Figura 11: Igreja Matriz de São Sebastião do Passé (2026)

Figura 12: Prefeitura após revitalização (2025)

Figura 13: Inauguração da sede da Prefeitura Municipal, São Sebastião do Passé-BA

Figura 14: Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA, 2026

Figura 15: Mercado Cultural, São Sebastião do Passé-BA, 1957

Figura 16: Mercado Cultural, São Sebastião do Passé-BA, 2026

Figura 17: Imagem do Anexo IV do Plano Diretor do município de São Sebastião do Passé

Figura 18: Primeiro ponto geográfico do estudo: A Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA, 2026

Figura 19: Estabelecimentos na Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA, 2026

Figura 20: Parte do entorno direto da Praça Doze de Outubro, 2026

Figura 21: Parte do entorno direto da Praça Doze de Outubro, 2026

Figura 22: Praça Doze de Outubro, 1957

Figura 23: Largo da Praça Doze de Outubro, 1960

Figura 24: Praça Doze de Outubro, 2024

Figura 25: Largo da Praça Doze de Outubro, 2026

Figura 26: Largo do final da Praça Doze de Outubro, 2026

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: A evolução demográfica da sede e situação de domicílio em São Sebastião do Passé

Gráfico 1: Mapeamento da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé (BA)

Gráfico 2: Resposta dos entrevistados sobre a memória marcante em relação à praça Doze de Outubro

Gráfico 3: Resposta dos entrevistados sobre a representatividade da praça Doze de Outubro

Gráfico 4: Resposta dos entrevistados sobre a utilização pessoal da praça Doze de Outubro

Gráfico 5: Resposta dos entrevistados sobre a percepção da área central e bairros periféricos

Gráfico 6: Resposta dos entrevistados sobre a percepção da área central e bairros periféricos

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BA - Bahia

BCIM - Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo

CICOPAL - Cicopal Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios e Higiene Pessoal Ltda. Seu significado trata-se de um termo botânico para uma grande aglomeração e emaranhado de cipós na mata

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*. Biblioteca digital de acesso aberto e uma das maiores bases de dados para pesquisa científica do mundo.

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

UEFS - Universidade estadual de Feira de Santana

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A produção do espaço urbano e a urbanização brasileira.....	21
2.2 O conceito de espaço público compreendido pela Geografia.....	23
2.3 A praça como objeto de estudo geográfico.....	25
2.3.1 Origem, forma, função e uso social das praças públicas.....	25
2.4 Praças públicas e sua dinâmica socioespacial em cidades pequenas	27
2.4.1 Uso e ocupação do solo na análise geográfica das praças públicas.....	29
3. METODOLOGIA.....	31
4. A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ (BA).....	34
4.1 Formação histórica do município de São Sebastião do Passé.....	34
4.2 O processo de urbanização e expansão urbana de São Sebastião do Passé.....	41
4.3 Organização do espaço urbano e centralidades.....	49
4.3.1 A Praça Doze de Outubro no contexto urbano.....	51
5. A PRAÇA DOZE DE OUTUBRO: ENTRE FORMAS, USOS E SIGNIFICADOS.....	55
5.1 A forma que organiza: a configuração espacial e o entorno da praça.....	55
5.2 O espaço concebido: a produção institucional da praça.....	63
5.3 Entre o uso e a experiência: o cotidiano em movimento.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
8. ANEXO.....	86
9. APÊNDICE.....	87

1. INTRODUÇÃO

Conforme argumenta Henri Lefebvre (2006), o espaço é produzido socialmente, expressando as relações de poder, os interesses econômicos e as práticas cotidianas que atuam sobre o território. Milton Santos (2008), por sua vez, compreende o espaço geográfico como resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo constantemente redefinido pelas dinâmicas técnicas, econômicas e sociais. Assim, a cidade contemporânea revela contradições próprias do processo de urbanização capitalista, marcado simultaneamente pela concentração de investimentos, serviços e infraestrutura em determinadas áreas e pela produção de desigualdades socioespaciais em diferentes escalas.

A urbanização brasileira é um processo desigual e articulado às especificidades regionais do território nacional, que ao longo da história trouxe mudanças econômicas, sociais e espaciais, responsáveis pela produção de diferentes formas do território e das relações entre a sociedade e o espaço. Durante o século XX, com a intensificação da industrialização e da expansão das atividades urbanas, as cidades passaram a concentrar funções nesses âmbitos cada vez mais complexos, tornando-se espaços fundamentais para a dinâmica da sociedade. Nesse contexto, o espaço urbano não é apenas um lugar físico onde as pessoas vivem e trabalham, mas também um produto histórico-social que é constantemente transformado pelas relações que existem na sociedade. Conforme destaca Santos (2009), a urbanização brasileira foi marcada pela concentração das atividades econômicas em determinados centros urbanos, fortalecendo processos de metropolização e ampliando as diferenças entre áreas centrais e periféricas. Nesse contexto, as regiões metropolitanas passaram a exercer forte influência sobre cidades situadas em seus entornos, o que resulta em novas formas de integração territorial e reorganização das funções urbanas locais.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) constitui exemplo significativo dessas transformações espaciais. Criada oficialmente em 1973, a RMS passou por intensas mudanças econômicas ao longo das últimas décadas, impulsionadas principalmente pela industrialização que proporcionou a expansão da malha urbana e também pela crescente integração dos municípios metropolitanos. Tal modificação contribuiu para redefinir os fluxos populacionais, as

relações econômicas e as formas de ocupação do espaço, influenciando diretamente esses municípios que, embora mantenham características de cidades pequenas, encontram-se inseridos na lógica metropolitana atual.

É nesse contexto que se insere o município de São Sebastião do Passé, localizado na Região Metropolitana de Salvador. Historicamente vinculado às atividades rurais e à dinâmica do Recôncavo Baiano, o município passou por transformações espaciais importantes ao longo do processo de urbanização regional, especialmente a partir da intensificação das conexões metropolitanas e da ampliação dos fluxos econômicos e populacionais. Segundo o IBGE, a população de São Sebastião do Passé passou de aproximadamente 39 mil habitantes em 2000 para cerca de 47 mil habitantes em 2022, evidenciando um crescimento populacional associado às transformações urbanas e à maior integração regional. Além disso, sua inserção na Região Metropolitana de Salvador favoreceu o aumento dos deslocamentos cotidianos para municípios vizinhos e para a capital baiana, reforçando sua participação nas dinâmicas de mobilidade pendular características do espaço metropolitano. Embora apresente crescimento urbano moderado quando comparado a municípios como Lauro de Freitas e Camaçari, São Sebastião do Passé passou a integrar progressivamente as dinâmicas metropolitanas relacionadas à circulação de pessoas, à mobilidade pendular e à reorganização das atividades urbanas.

Diante desse processo, o centro urbano desempenha um papel fundamental na vida cotidiana da população pois concentra atividades comerciais, serviços, equipamentos urbanos e práticas sociais diversas. Entre os espaços que estruturam essa dinâmica destaca-se a Praça Doze de Outubro, localizada na área central da cidade e historicamente vinculada à formação inicial do núcleo urbano municipal constituindo uma importante referência espacial, simbólica e funcional para os moradores, concentrando fluxos urbanos, encontros cotidianos, práticas religiosas e atividades econômicas.

Historicamente, as praças exerceram papel central na formação das cidades brasileiras, especialmente nos núcleos urbanos tradicionais organizados em torno das igrejas e edifícios administrativos. Segawa (1996) destaca que os espaços públicos urbanos acompanharam as transformações históricas das cidades, assumindo diferentes funções relacionadas à convivência

social, às práticas religiosas, às atividades econômicas e à vida política. Nesse sentido, as praças não podem ser compreendidas apenas como uma área livre da cidade, mas como um espaço produzido socialmente e que carrega significados, memórias e relações de poder.

Além do seu aspecto funcional, os espaços públicos possuem importante papel na construção das relações de pertencimento e identidade urbana. Segundo Yi-Fu Tuan (1980), os indivíduos desenvolvem vínculos afetivos com determinados lugares a partir das experiências vividas e das relações construídas cotidianamente no espaço. Assim, a praça pode ser compreendida como espaço vivido, no qual se articulam memória coletiva e sociabilidade urbana. Ao mesmo tempo, conforme argumenta Gomes (2002), os espaços públicos também expressam desigualdades e formas distintas de apropriação do território urbano, refletindo as contradições presentes na sociedade.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica socioespacial da Praça Doze de Outubro e de seu entorno no município de São Sebastião do Passé (BA), buscando compreender seu papel na organização urbana municipal, nas práticas cotidianas da população e na produção do espaço urbano local. A sua área de influência direta concentra estabelecimentos comerciais, equipamentos públicos, serviços urbanos e importantes vias de circulação, características que a tornaram o espaço de centralidade urbana do município. Além disso, os diferentes usos observados cotidianamente (relacionados ao deslocamento, ao comércio, ao lazer, às festividades e às práticas religiosas) demonstram que a praça desempenha funções que ultrapassam o físico, consolidando-se como espaço estratégico na organização da vida urbana local.

A pesquisa justifica-se pela relevância dos espaços públicos na compreensão das interações urbanas contemporâneas em contextos metropolitanos, discutindo-se inicialmente o processo de urbanização e a inserção do município na dinâmica metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, abordando posteriormente a formação histórica da praça e sua consolidação enquanto espaço central da cidade. Em seguida, analisa-se as relações socioespaciais da área estudada, considerando os fluxos urbanos, os usos cotidianos e os significados produzidos no espaço vivido.

Apesar da importância histórica e funcional da Praça Doze de Outubro para São Sebastião do Passé, ainda são reduzidos os estudos acadêmicos voltados à análise da dinâmica socioespacial do município e de seus espaços públicos centrais. Dessa forma, o trabalho busca contribuir para as discussões acerca da produção do espaço urbano, da centralidade e das transformações urbanas em cidades inseridas na lógica metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, reforçando a importância das praças enquanto espaços de centralidade, memória, convivência e expressão das transformações urbanas contemporâneas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção tem como finalidade fundamentar a análise da Praça Doze de Outubro, localizada na sede do município de São Sebastião do Passé (BA), a partir de uma abordagem crítica da Geografia Urbana. Dito isso, é importante pontuar que a Geografia Urbana não se constitui como um campo teórico homogêneo, ou seja, ela é composta por diferentes correntes de pensamento que orientam distintas formas de compreender a cidade e o espaço urbano.

Conforme discute Ana Fani Alessandri Carlos (2007), essas correntes expressam diferentes perspectivas de análise, que variam desde abordagens mais descritivas e morfológicas até interpretações críticas que buscam compreender o urbano como resultado de processos sociais mais amplos. É inserido, nesse contexto, a perspectiva da Geografia Urbana crítica, que compreende o espaço urbano como uma produção social, resultante de processos históricos, econômicos, políticos e sociais que se materializam no território. Tal abordagem desloca o foco da simples descrição das formas urbanas para a análise das relações sociais que produzem e organizam o espaço, evidenciando suas contradições e desigualdades.

Segundo Milton Santos (2008), o espaço urbano é socialmente produzido e continuamente transformado pelos diferentes agentes sociais¹ (Estado, mercado, grupos sociais e indivíduos). Nesse sentido, Roberto Lobato Corrêa (1989) sistematiza que o espaço urbano é resultado da ação articulada de agentes como: o Estado, o mercado imobiliário, os proprietários fundiários e os diferentes grupos sociais, que irão atuar de forma desigual na produção e apropriação do território. De maneira frequentemente contraditória, esses agentes intervêm no espaço por meio de políticas públicas, investimentos, práticas cotidianas e relações de poder, que se materializam nos usos do solo e na organização da cidade. Logo, os espaços públicos configuram-se como elementos centrais para uma leitura privilegiada da dinâmica socioespacial

¹ Para maior entendimento, consulte a CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989, p. 11.

ocorrentes nas cidades, devido a sua clara expressão dos conflitos², das permanências³ e das transformações no cotidiano urbano⁴.

A Geografia Urbana permite compreender o espaço como resultado de processos históricos, econômicos, políticos e sociais que se materializam no território. Nesse sentido, a análise se apoia em autores como Ana Fani Alessandri Carlos, Henri Lefebvre, Maurício de Abreu e Milton Santos, que concebem a cidade não apenas como forma física, mas como expressão das relações sociais e dos processos históricos que estruturam o espaço urbano. Assim, ao adotar essa perspectiva, a presente pesquisa entende o espaço urbano não apenas como suporte das atividades humanas, mas como expressão das relações de poder, dos interesses econômicos e das práticas sociais que estruturam a cidade, permitindo uma leitura mais aprofundada da realidade socioespacial.

É nesse contexto que os espaços públicos urbanos como praças, ruas e parques, assumem especial relevância analítica, pois condensam em escala local os processos mais amplos da urbanização brasileira. Esses espaços materializam a atuação do Estado (nessa escala, a ação da Prefeitura), as estratégias do capital e as práticas sociais cotidianas, revelando as tensões entre o espaço normatizado e vivido. A compreensão desses fatores de formação do urbano constitui base fundamental para a análise da Praça Doze de Outubro, enquanto expressão da dinâmica socioespacial em São Sebastião do Passé (BA), ao refletir em sua memória histórica às contradições próprias das pequenas cidades brasileiras.

² Segundo Santos (2006), o espaço urbano é produzido a partir da coexistência de interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos, o que faz com que o conflito seja um elemento constitutivo da produção do espaço. E Lefebvre (2001) destaca que o espaço é marcado por tensões entre o espaço concebido e o espaço vivido.

³ Vasconcelos (2002) aponta que as permanências correspondem aos elementos do espaço urbano que se mantêm ao longo do tempo, apesar das transformações econômicas, sociais e políticas que incidem sobre a cidade. Essas permanências podem ser observadas na forma urbana, nos usos do solo, nas funções atribuídas aos espaços e nos significados simbólicos construídos socialmente. Para o autor, a análise das permanências é fundamental para compreender a cidade como uma totalidade histórica, na qual o passado permanece inscrito no presente, condicionando práticas sociais, modos de uso e processos de apropriação do espaço urbano.

⁴ Lefebvre (2001) afirma que o cotidiano constitui o nível mais imediato da vida urbana, onde se realizam as práticas sociais, os usos do espaço e as relações entre os indivíduos. É nesse plano que as transformações urbanas se tornam perceptíveis, não apenas por meio de grandes intervenções espaciais, mas também pelas mudanças graduais nos modos de uso, circulação, apropriação e significação dos espaços públicos.

Dessa forma, a análise de uma praça pública exige a conexão clara entre sua materialidade⁵, os usos e as práticas sociais⁶ que nela se realizam tornando possível compreendê-la não apenas como um elemento físico da cidade⁷, mas como um objeto geográfico carregado de significados sociais, simbólicos e funcionais⁸.

Busca-se construir uma base conceitual capaz de sustentar a investigação teórica e empírica desenvolvida ao longo deste trabalho para compreender a Praça Doze de Outubro além de sua materialidade espacial. A partir do diálogo entre os referenciais da Geografia Urbana e dos estudos sobre espaços públicos, é possível interpretar a praça como parte integrante de uma totalidade urbana mais ampla⁹, na qual se expressam relações sociais e formas de apropriação do espaço¹⁰.

⁵ Carlos (2007) destaca que a materialidade urbana condiciona as práticas cotidianas e influencia diretamente os modos de uso e apropriação dos espaços públicos, revelando as contradições entre o espaço planejado e o espaço vivido. Assim, a materialidade das praças públicas deve ser analisada como expressão concreta das relações sociais que se estabelecem no espaço urbano.

⁶ Segundo Lefebvre (2001), os usos do espaço urbano estão diretamente relacionados às práticas sociais cotidianas, uma vez que é por meio delas que o espaço concebido e planejado é apropriado e ressignificado pela população.

⁷ Corrêa (1995) afirma que os elementos físicos da cidade são produtos históricos da ação dos agentes sociais e devem ser analisados para além de sua materialidade, considerando os processos sociais que os produzem e transformam.

⁸ Conforme Lefebvre (2001), os espaços urbanos não se definem apenas por sua materialidade, mas também pelos significados sociais e simbólicos que lhes são atribuídos no cotidiano, resultantes das práticas, das representações e das relações sociais que neles se desenvolvem. Para Santos (2006), esses significados articulam-se às funções desempenhadas pelo espaço, uma vez que forma e função se redefinem continuamente a partir dos usos sociais.

⁹ Segundo Milton Santos (2008), a noção de totalidade refere-se à compreensão do espaço como um conjunto articulado e indissociável de objetos e ações, no qual cada elemento só pode ser plenamente entendido em relação ao todo do qual faz parte. Assim, a cidade deve ser analisada como uma totalidade concreta e contraditória, resultante da interação entre dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, evitando leituras fragmentadas do espaço urbano.

¹⁰ Ana Fani Alessandri Carlos (2007) afirma que a apropriação do espaço está diretamente vinculada ao cotidiano, sendo por meio dele que os sujeitos produzem sentidos, constroem pertencimentos e estabelecem relações simbólicas com o lugar.

2.1 A produção do espaço urbano e a urbanização brasileira

A produção do espaço urbano (Santos, 2008; Lefebvre, 2001) estabelece um eixo central para a Geografia Urbana, sobretudo quando se tem em vista o contexto brasileiro sendo marcado por um processo de urbanização tardio onde ocorreu um brusco aceleração ocasionando uma profunda desigualdade.

De acordo com as observações de diversos autores como Ermínia Maricato (2011), Maurício de Abreu (1987) e Milton Santos (1982; 2008) é possível afirmar que a cidade não é um resultado espontâneo do crescimento populacional e tampouco um simples reflexo econômico, mas uma construção histórica e social e que para compreender a urbanização brasileira é preciso que haja um reconhecimento do espaço urbano tanto como um produto quanto como um condicionante das relações sociais existentes. Essa articulação revela que o espaço urbano não é estático, mas dinâmico e que sofre transformações conforme as novas funções são estabelecidas sob a forma anterior, configurando o que o autor denomina de relação forma-conteúdo.

No Brasil, a intensificação do processo de urbanização ocorreu, principalmente “a partir do século XX”, associada à industrialização e à consolidação do capitalismo urbano, porém esse processo não se deu de maneira homogênea no território nacional. Conforme demonstrado pelo geógrafo Abreu (1987), ao analisar a evolução urbana do Rio de Janeiro, a expansão das cidades esteve diretamente vinculada às necessidades do capital e à atuação seletiva do próprio Estado, resultando na concentração de investimentos, infraestrutura e serviços em determinadas áreas, enquanto outras permaneciam marginalizadas.

Esse padrão da segunda capital do Brasil contribuiu para a consolidação de uma estrutura urbana marcada pela dicotomia centro-periferia, levando a consequência de fortes desigualdades socioespaciais na distribuição de serviços públicos e que posteriormente foi reproduzida em diversas cidades brasileiras, inclusive em centros urbanos de pequeno porte. O planejamento urbano no Brasil, para a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato (2014), historicamente privilegiou os interesses das classes dominantes e do mercado imobiliário, contribuindo para a

fragmentação do espaço urbano e para a exclusão de grande parte da população do acesso pleno à cidade¹¹.

Nesse sentido, o espaço urbano torna-se um campo de disputas e ao aprofundar essa análise o geógrafo francês Henri Lefebvre afirma em “Direito à Cidade” (1969) que o espaço é produzido socialmente e que sua produção está intrinsecamente ligada às relações de poder político, econômico, simbólico e social. Para o autor, a urbanização não deve ser compreendida apenas como um fenômeno técnico ou econômico, mas como um processo que envolve a apropriação do espaço e as práticas sociais que viabilizam também as representações simbólicas do lugar.

No contexto brasileiro, o desempenho do Estado assume papel central na produção do espaço urbano, exercendo forte influência sobre o uso e a ocupação do solo por meio de políticas públicas, planos diretores, legislação urbanística e investimentos em infraestrutura. Contudo, conforme aponta Abreu (1987), essa atuação nem sempre ocorre de forma equitativa, frequentemente reforçando padrões de segregação socioespacial e valorização seletiva do território.

Milton Santos (1985) destaca que o espaço urbano é também um espaço normatizado, ou seja, ele é regulado por leis e técnicas que orientam a sua organização. Entretanto, esse espaço está em constante tensão com o espaço vivido pelo cotidiano da população, se mostrando evidente nas cidades brasileiras pela informalidade expressa no uso criativo do espaço¹² e nas

¹¹ Fragmentação e exclusão socioespacial referem-se a processos centrais da urbanização capitalista nas cidades brasileiras. Segundo Villaça (2001), a fragmentação do espaço urbano ocorre quando o território da cidade passa a ser produzido de forma desigual, com separação funcional e social dos espaços, resultando em áreas valorizadas e bem servidas de infraestrutura em contraste com áreas precarizadas. Já a exclusão socioespacial manifesta-se na restrição do acesso de parcelas significativas da população aos bens, serviços e espaços urbanos, negando-lhes o pleno direito à cidade, conforme problematiza Lefebvre (2001). Maricato (2011) acrescenta que esses processos são intensificados pela atuação do mercado imobiliário e pelas políticas urbanas seletivas, que reforçam desigualdades históricas e aprofundam a segregação urbana.

¹² Informalidade e uso criativo do espaço referem-se às práticas urbanas desenvolvidas pela população à margem ou para além das normas institucionais de planejamento, expressando formas alternativas de apropriação e organização do espaço urbano. Para Maricato (2011), a informalidade é um traço estrutural das cidades brasileiras e não uma exceção, estando diretamente associada à desigualdade socioespacial e à incapacidade histórica do Estado em garantir acesso universal à cidade formal. Nesse contexto, o uso criativo do espaço emerge como estratégia cotidiana de adaptação e sobrevivência, por meio da qual os sujeitos ressignificam lugares, funções e formas urbanas. Villaça (2001) acrescenta que tais usos expressam disputas pelo espaço urbano, evidenciando conflitos entre os interesses do

formas alternativas de apropriação revelando a distância entre a teoria do planejamento e a realidade urbana. Dessa forma, a produção do espaço urbano no Brasil deve ser compreendida como um processo marcado por contradições duais¹³, no qual coexistem a modernização e a precariedade, planejamento e improviso, formalidade e informalidade.

2.2 O conceito de espaço público e vida urbana compreendido pela Geografia

O espaço público ocupa posição central na compreensão da vida urbana pois ele se configura como o principal meio das práticas sociais cotidianas, entre elas destacam-se a convivência, a circulação comercial, o lazer e a manifestação política. Dessa forma, o espaço público não se limita à sua materialidade física, mas envolve as dimensões simbólicas, sociais e políticas que expressam a complexidade da vida urbana construindo relações sociais na geração de significados ao lugar.

Na Geografia, o espaço público é compreendido como um espaço socialmente produzido, resultado das relações históricas estabelecidas entre sociedade e território e sob essa perspectiva ele não pode ser entendido como neutro, homogêneo ou acessível de forma igualitária a todos os grupos sociais. Ao contrário, trata-se de um espaço atravessado por disputas, tensões e desigualdades, nas quais se confrontam diferentes “projetos de cidade”.

Lefebvre (2001), ao discutir a produção do espaço, propõe a análise a partir de três dimensões fundamentais: o espaço concebido que está associado ao planejamento urbano, às normas e aos discursos técnicos; o espaço percebido que se relaciona à prática cotidiana e à

mercado, do poder público e da população. Assim, a informalidade e o uso criativo do espaço tornam-se chaves interpretativas fundamentais para compreender o cotidiano urbano e a produção do espaço nas cidades brasileiras.

¹³ Segundo a Geografia crítica, a produção do espaço urbano no Brasil é marcada por contradições duais, isto é, por pares opostos que coexistem de forma desigual e conflituosa, como centro e periferia, formal e informal, planejado e vivido, moderno e tradicional, inclusão e exclusão. Para Corrêa (1989), essas dualidades expressam a forma como o espaço urbano é produzido sob a lógica do capitalismo, resultando em uma cidade fragmentada e socialmente desigual. Nesse sentido, a urbanização brasileira se caracteriza pela superposição de tempos, formas e funções distintas, onde práticas modernas convivem com estruturas herdadas, revelando uma dinâmica urbana profundamente contraditória. Villaça (2001) complementa essa leitura ao destacar que tais dualidades não são naturais, mas resultado da ação seletiva do Estado e do mercado imobiliário, que produzem e reforçam desigualdades socioespaciais no interior das cidades.

organização material do espaço; e o espaço vivido que corresponde à experiência subjetiva, simbólica e afetiva dos indivíduos.

Essa tríade da espacialidade permite compreender as contradições entre o espaço planejado e o espaço efetivamente apropriado pela população. No contexto urbano brasileiro, essas contradições tornam-se ainda mais evidentes porque na maioria das vezes os espaços públicos são concebidos a partir de projetos urbanos que priorizam critérios turísticos ou mercadológicos e que se distanciam das necessidades reais da população local. Esse processo contribui para a produção de espaços que apresentam barreiras simbólicas-sociais e que assumem um caráter seletivo, reforçando as desigualdades já existentes e restringem seu uso por determinados grupos que não possuem o equivalente monetário para sua ocupação.

Dito isso, Gomes (2007) argumenta que o espaço público é um lugar de visibilidade social¹⁴, onde determinados grupos afirmam sua presença enquanto outros são invisibilizados ou marginalizados. Essa leitura permite compreender o campo de disputas simbólicas, no qual se expressam conflitos relacionados à classe social, geração e pertencimento territorial no interior dos espaços públicos.

Além disso, as praças, ruas e demais espaços de uso comum funcionam como referências simbólicas, associadas a eventos, práticas culturais e experiências compartilhadas ao longo do tempo e de acordo com apontamentos de estudos empíricos sobre cidades pequenas, esses espaços adquirem ainda maior relevância, pois concentram múltiplas funções e se configuram como locais privilegiados de sociabilidade (LUZ, 2018).

Por conseguinte, o espaço público torna-se elemento estruturador da vida urbana, especialmente em contextos onde a oferta de equipamentos urbanos é limitada e também podem ser apropriados como instrumentos de valorização seletiva do território. Essa contradição evidencia os limites do planejamento urbano tradicional, frequentemente pautado por uma visão tecnicista e normativa do espaço. A análise geográfica do espaço público, portanto, deve

¹⁴ Segundo Gomes (2007), o espaço público constitui-se como um lugar de visibilidade social, pois é nele que os indivíduos e grupos tornam-se visíveis uns aos outros, estabelecendo relações de reconhecimento, controle, convivência e conflito. Essa visibilidade não se limita à presença física, mas envolve a exposição de práticas, comportamentos, identidades e posições sociais no espaço urbano.

ultrapassar sua concepção formal e estética para integrar a observação do uso efetivo, das práticas cotidianas e das formas de apropriação social.

Conforme destaca Santos (1985), é no espaço vivido que se revelam as verdadeiras dinâmicas da cidade, permitindo compreender como a população ressignifica e transforma os espaços públicos no cotidiano. Dessa forma, o conceito de espaço público, no âmbito da Geografia Urbana, articula essa ambiguidade entre normativo e o vivido, abarcando uma importância fundamental para interpretar o papel das praças públicas como espaços de convivência e também de conflitos da vida urbana.

2.3 A praça como objeto de estudo geográfico

2.3.1 Origem, forma, função e uso social das praças públicas

As praças públicas constituem um dos mais antigos espaços públicos de uma cidade, associadas historicamente à própria gênese do urbano, elas desempenham um papel central na organização da vida coletiva, atuando na função de locais de encontro/circulação/troca e expressão do coletivo.

Na Antiguidade, esses espaços estiveram associados às atividades políticas, religiosas e comerciais, como a ágora grega e o fórum romano, que se constituíam como núcleos estruturadores da cidade e da vida pública (BENEVOLO, 1993). Ao longo da Idade Média, as praças mantiveram sua função agregadora, concentrando feiras, celebrações religiosas e manifestações da vida cotidiana, reforçando seu caráter de espaço público e de sociabilidade urbana (MUMFORD, 1998). No contexto da formação das cidades brasileiras (MARX, 1980), as praças surgiram, em grande medida, vinculadas à implantação das igrejas e aos edifícios administrativos especialmente durante o período colonial, onde se configuram como os primeiros espaços livres públicos urbanos.

Para Segawa (1996), a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano, constituindo-se como lugar de convivência e de construção da

memória coletiva. Nesse sentido, a praça desempenhou papel fundamental na organização do tecido urbano e que articulado às funções religiosas, comerciais e políticas expressava as relações de poder e as hierarquias sociais presentes na cidade (MARX, 1980).

Com o avanço do processo de urbanização e as transformações promovidas pelo urbanismo moderno, especialmente a partir do século XIX, as praças passaram por mudanças significativas em sua forma e função, incorporando elementos paisagísticos, áreas verdes e equipamentos de lazer, muitas vezes influenciadas por modelos europeus de embelezamento urbano (BENEVOLO, 1993). No entanto, mesmo diante dessas transformações, as praças preservaram sua importância enquanto espaços de convivência, ainda que submetidas a processos de reconfiguração dos usos urbanos e de valorização seletiva, seja por atuação estatal ou pela iniciativa privada, que remodela o espaço de acordo com seus interesses e reforça sua importância como objeto privilegiado para a análise geográfica do espaço urbano.

Sob essa perspectiva, a praça pode ser analisada a partir das categorias forma, função, estrutura e processo, conforme a proposta metodológica de Milton Santos (2008). A forma refere-se aos aspectos morfológicos do espaço, que são expressos na configuração física da praça, no seu desenho urbano e nos elementos materiais que a compõem e são herdados de diferentes períodos históricos. A função diz respeito aos usos atribuídos à praça ao longo do tempo, como lazer, circulação, encontros sociais, eventos religiosos ou manifestações políticas.

A estrutura, por sua vez, mantém uma convergência com o conjunto socioeconômico e político que sustentam seus usos envolvendo a atuação do poder público, os interesses econômicos e as práticas sociais da própria população. Já o processo permite compreender as transformações ocorridas na praça ao longo do tempo, evidenciando como mudanças econômicas, sociais e urbanísticas interferem na dinâmica e em seu papel no tecido urbano. Essa abordagem possibilita compreender a praça como um espaço em constante transformação, produzido e reproduzido pelas ações da sociedade (SANTOS, 1985 e 2008). Além dessas categorias, a análise geográfica das praças deve considerar também os seus usos sociais devido a sua importância no cotidiano do espaço público e é nesse contexto que a praça pode ser

compreendida como um espaço de múltiplas funções, onde coexistem práticas formais e informais, permanências e conflitos manifestadas em diferentes temporalidades.

Portanto, é possível afirmar que em diferentes contextos históricos, as relações entre espaço-sociedade-poder estruturam a vida urbana. E de acordo com Gomes (2007) a praça é um espaço ancestral, diretamente relacionado à origem do urbano, uma vez que representa o lugar onde a vida pública se manifesta de forma mais evidente. Tratando-se, em certa maneira, de um espaço formador da identidade urbana e da memória social, no qual se ultrapassa a dimensão físico-estrutural para assumir um papel fundamental na construção dos vínculos afetivos entre a população e a produção do lugar, fortalecendo identidades, memórias coletivas e formas de apropriação que conferem significado ao espaço urbano. Nesse sentido, a praça pode ser compreendida como um espaço de topofilia, conceito desenvolvido pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1980) para expressar o elo afetivo que indivíduos e grupos sociais estabelecem com os lugares a partir da vivência compartilhada no cotidiano e do sentimento de pertencimento.

2.4 Praças públicas e sua dinâmica socioespacial em cidades pequenas

Nas cidades pequenas, as praças públicas assumem um papel central na organização do espaço urbano e na estruturação da vida social devido a tendência de se concentrar as atividades diversas, como comércio, serviços, eventos religiosos, manifestações culturais e práticas de lazer, diferentemente das grandes cidades onde as funções urbanas tendem a se fragmentar em múltiplos centros e subcentros.

A partir disso, a literatura geográfica expressa que, em cidades pequenas, a praça pública atua como a principal referência urbana, funcionando como elemento articulador entre diferentes usos do solo e como ponto de convergência dos fluxos cotidianos da população. De acordo com Bovo, Hahn e Ré (2016), a praça constitui-se um espaço fundamental para a compreensão da dinâmica urbana em municípios de pequeno porte, pois é nela que se expressam, de maneira mais evidente, as relações entre espaço, sociedade e poder. A dinâmica socioespacial das praças

em cidades pequenas está profundamente relacionada ao cotidiano e ao espaço vivido, onde a proximidade entre os indivíduos e a repetição das práticas sociais reforçam os vínculos simbólicos com o espaço público, adquirindo um lugar de reconhecimento social na construção das identidades e no fortalecimento das relações de pertencimento.

Além disso, a centralidade da praça em cidades pequenas evidencia sua função como espaço de visibilidade social pois diferentes grupos sociais se encontram, se observam e se reconhecem, o que torna a praça um palco privilegiado das relações sociais locais (BOVO, HAHN e RÉ 2016). Marcados por menor dispersão funcional e espacial, ela assume o papel de lugar onde diferentes grupos sociais se encontram, se observam, se reconhecem e interagem, ainda que de forma indireta, seja através do comércio ou do lazer. Essa convivência, muitas vezes baseada na simples presença e no olhar, contribui para a construção de laços sociais, identidades coletivas e sentidos de pertencimento ao lugar, como foi apontado no tópico acima.

Mas também é possível observar, que ela se configura como um lugar privilegiado das relações sociais locais, no qual se manifestam normas sociais, hierarquias, conflitos e formas de sociabilidade próprias do município, tornando visível tanto as práticas de integração quanto os processos de exclusão, revelando quem ocupa a praça, com quais finalidades e sob quais condições; compreendendo-se o funcionamento espelhado das dinâmicas sociais que estruturam o cotidiano urbano como um todo.

Entretanto, apesar de sua relevância social, as praças públicas em cidades pequenas também estão sujeitas a processos de transformação e ressignificação decorrentes de políticas urbanas, intervenções do poder público e mudanças nas dinâmicas econômicas locais. Projetos de revitalização ou requalificação¹⁵, quando implementados sem considerar o uso cotidiano e as necessidades da população, podem alterar significativamente a dinâmica socioespacial afetando

¹⁵ Para Souza (2010), a requalificação urbana corresponde a intervenções que buscam redefinir os usos e as funções de áreas urbanas consolidadas, geralmente associadas à valorização econômica do espaço e à redefinição de sua imagem urbana. Nessa perspectiva, tais projetos costumam priorizar critérios de competitividade urbana e atração de investimentos, nem sempre considerando as práticas sociais existentes. Harvey (2005) ressalta que processos de requalificação urbana estão frequentemente inseridos na lógica do urbanismo empreendedor, no qual o espaço urbano passa a ser tratado como mercadoria, intensificando disputas territoriais e aprofundando desigualdades. Já Lefebvre (2001) contribui ao destacar que intervenções desse tipo tendem a privilegiar o espaço concebido pelo planejamento em detrimento do espaço vivido, o que pode resultar em conflitos entre os usos prescritos e as apropriações cotidianas da população.

suas formas tradicionais de apropriação e uso. Nesse contexto, a praça pode deixar de ser um espaço espontâneo e de convivência para assumir funções mais controladas e normatizadas com mais acentuada desigualdade.

Importante destacar a observação direta e sistemática do espaço público como estratégia metodológica para captar essas dinâmicas, permitindo identificar permanências, mudanças e conflitos que não são evidentes em documentos oficiais ou planos urbanos (LUZ, 2018). Sob essa perspectiva, a praça pode ser compreendida como um microcosmo da cidade pequena, no qual se refletem processos mais amplos de organização do espaço urbano, onde é manifestado em escala local as particularidades das cidades pequenas e de forma há uma influência na produção e o uso do espaço público como a centralização de atividades, a valorização do solo e as relações entre espaço planejado e espaço vivido.

2.4.1 Uso e ocupação do solo na análise geográfica das praças públicas

O uso e a ocupação do solo constituem categorias fundamentais para a análise do espaço urbano, uma vez que expressam as formas pelas quais o território é apropriado, organizado e transformado ao longo do tempo. O uso do solo refere-se às funções atribuídas aos diferentes espaços urbanos, tais como lazer, circulação, comércio, serviços e moradia, enquanto a ocupação do solo diz respeito à materialização dessas funções por meio de edificações, equipamentos urbanos, mobiliário e infraestrutura, expressando a articulação entre sistemas de ações e sistemas de objetos que produzem o espaço urbano (SANTOS, 2008; VILLAÇA, 2001).

Nesse trabalho compreendemos que o uso e a ocupação do solo não são processos aleatórios, pois refletem decisões políticas, interesses econômicos e disputas sociais que incidem de forma desigual sobre o território urbano. Observa-se a existência de uma discrepância entre o uso normatizado do espaço, definido pelo planejamento urbano e pelas normas institucionais, e o uso vivido, resultante das práticas cotidianas da população (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2008), construído a partir das práticas sociais e das necessidades da população; distinção fundamental para compreender as contradições do espaço urbano, uma vez que o espaço vivido frequentemente ressignifica ou subverte as funções originalmente concebidas para o espaço público.

Nesse sentido, a observação direta do uso da praça em diferentes dias e turnos constitui uma estratégia metodológica fundamental para captar a dinâmica socioespacial do lugar. E a análise do cotidiano permite identificar padrões de permanência, circulação, apropriação informal e conflitos de uso que não são apreendidos apenas por meio de documentos oficiais ou dados estatísticos (LUZ, 2019=8). Além disso, o uso e a ocupação do solo nas praças públicas evidenciam relações de poder presentes na cidade e no contexto da urbanização brasileira, o uso e a ocupação do solo nas praças públicas tornam-se ainda mais relevantes. Esses espaços, embora formalmente destinados ao uso coletivo, podem ser apropriados de forma seletiva, seja por interesses econômicos, seja por intervenções urbanas que desconsideram as práticas sociais preexistentes. Assim, a praça pode assumir funções contraditórias e se revelar como um espaço dinâmico, no qual o uso do solo é constantemente redefinido pelas práticas sociais.

Dessa forma, a análise geográfica do uso e da ocupação do solo nas praças públicas possibilita compreender como esses espaços se inserem na estrutura urbana, quais funções desempenham no cotidiano da população e de que maneira refletem processos mais amplos de produção do espaço urbano. No caso das cidades pequenas, essa abordagem é particularmente significativa, pois a praça frequentemente atua como principal espaço público e elemento organizador da vida urbana. Assim, o estudo do uso e da ocupação do solo da Praça Doze de Outubro permite apreender as dinâmicas socioespaciais de São Sebastião do Passé, articulando teoria e empiria na compreensão do espaço urbano local.

3. METODOLOGIA

Adotando uma abordagem quali quantitativa, que se caracteriza pela compreensão dos fenômenos socioespaciais a partir da interpretação dos significados das relações produzidas, com suporte em dados quantitativos pontuais tais como tabelas, gráficos e mapas centrada em procedimentos descritivos envolvendo a observação direta da Praça Doze de Outubro, o registro fotográfico sistemático, a elaboração de notas em caderno de campo e a descrição detalhada do uso e ocupação do solo; e analíticos que consistiu na interpretação dos dados coletados em campo e à luz do referencial teórico, exposto no capítulo anterior, que permitiu identificar as transformações e permanências no objeto de estudo.

Para a análise da Praça Doze de Outubro, adota-se a proposta metodológica de Milton Santos, que compreende o espaço a partir das categorias forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985; 2008). Essa abordagem permite uma leitura integrada do espaço urbano, considerando tanto sua materialidade quanto às relações sociais que o produzem. A forma refere-se aos aspectos morfológicos do espaço, expressos na configuração física da praça, em seu desenho urbano e nos elementos materiais que a compõem, os quais são resultantes e heranças de diferentes períodos históricos.

A função diz respeito aos usos atribuídos à praça ao longo do tempo, tais como lazer, circulação, encontros sociais, eventos religiosos, manifestações políticas e outras práticas cotidianas observadas no espaço público. A estrutura relaciona-se ao conjunto de condições socioeconômicas, políticas e institucionais que sustentam esses usos, envolvendo a atuação do poder público, os interesses econômicos presentes no entorno e as práticas sociais desenvolvidas pela própria população. Por fim, a categoria processo permite compreender as transformações ocorridas na praça ao longo do tempo, evidenciando como mudanças econômicas, sociais e urbanísticas interferem em sua dinâmica e em seu papel no tecido urbano. A investigação foi desenvolvida em quatro etapas principais: Levantamento bibliográfico e documental; trabalho de campo com observação direta e entrevistas; produção cartográfica temática e por fim, sistematização analítica de todos os dados coletados.

A primeira etapa da pesquisa, dedicada à revisão bibliográfica foi realizada por meio de bases científicas, repositórios acadêmicos e plataformas institucionais, dentre elas Google Acadêmico, ScieLO, acervos universitários da UFBA e UEFS, além de documentos oficiais disponibilizados por órgãos públicos. para coletar a história do município, dados administrativos como a Prefeitura Municipal, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEI Bahia e para uma maior densidade analítica essa pesquisa tem como base autores da Geografia Urbana crítica dentre eles destacam-se: Maurício de Abreu, Milton Santos entre outras importantes figuras de autoridade; cujas obras discutem temas centrais intercalando a produção e gestão pública do espaço urbano, a centralidade e as contradições da urbanização no Brasil. Por conseguinte, houve consultas à documentos históricos disponibilizados pelo site do IBGE e mais específico o SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) onde foram coletadas as informações de cunho mais quantitativo: censo de 2010 à 2022 sobre a densidade populacional da sede e dos seus distritos, população residente (urbana e rural); pelo site da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal foram obtidos os dados históricos tanto do município quanto da praça assim como fotografias que foram colocadas no anexo da pesquisa; além de serem reunidas reportagens de jornais regionais/locais para expressão da dinâmica da praça como: G1 Bahia, IBahia e um canal do Youtube chamado local “O Rádio Podcast” para coleta de dados atuais. E com esses materiais coletados foi possível reconstruir a trajetória histórica da Praça Doze de Outubro, do seu entorno e analisar a instrumentalização do solo.

Na segunda etapa, realizou-se o trabalho de campo, com visitas à Praça Doze de Outubro e às ruas adjacentes para observações diretas. As atividades de campo ocorreram em diferentes dias da semana, incluindo dias úteis e finais de semana, e distintos períodos do dia (manhã, tarde e noite), buscando compreender as variações dos fluxos, usos e práticas socioespaciais presentes na dinâmica cotidiana da praça. Durante essas visitas, foram realizadas anotações em diário de campo, registros fotográficos e levantamento dos usos atuais do lugar, considerando aspectos como circulação de pessoas, atividades comerciais, lazer e eventos religiosos. Para ampliar a compreensão acerca do dinamismo socioespacial local, foram aplicadas 36 entrevistas semiestruturadas com moradores da cidade, frequentadores habituais da praça e demais sujeitos vinculados ao cotidiano do espaço analisado (modelo em anexo). Inicialmente, os participantes

foram selecionados de forma intencional, envolvendo familiares, amigos e conhecidos de diferentes faixas etárias residentes no município ou que retornam periodicamente à cidade. Posteriormente, as entrevistas passaram a ser realizadas de forma mais aleatória durante o trabalho de campo, permitindo ampliar a diversidade de percepções sobre a praça e seu entorno.

As entrevistas buscaram captar memórias individuais e coletivas, percepções acerca das transformações urbanas da praça, significados simbólicos atribuídos ao espaço, formas de apropriação cotidiana e opiniões relacionadas à infraestrutura urbana e à centralidade exercida pela Praça Doze de Outubro no contexto municipal. As respostas obtidas permitiram identificar diferentes formas de apropriação da praça pela população, envolvendo usos associados ao deslocamento cotidiano, lazer, convivência social, comércio e práticas religiosas, contribuindo para a compreensão da multifuncionalidade do espaço urbano analisado.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na produção de cartografias temáticas: o mapa de localização do município, a carta do recorte da praça que ao longo da coleta de dados foram sendo desenvolvidos e/ou anexados; e por fim o mapa de uso e ocupação do solo para maior entendimento da dinâmica social da praça. Utilizando imagens de satélite dos anos de 2008 e 2022 disponibilizadas pelo *Google Earth* pela empresa Maxiar Technologies, fotografias comparativas disponível no INFORBAHIA e no site oficial da Prefeitura nos anos de 1960, 2013, 2023 e 2025; e obtidos do IBGE a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA) os dados espaciais como malha territorial e urbana (atual), setor censitário (2008 e 2022) e a Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (BCIM). Toda a cartografia foi elaborada com o auxílio do software *QGIS* e para melhor adensamento de dados uma outra ferramenta utilizada foi o *Excel*, onde foram elaborados gráficos e tabelas para posterior análise.

Também, foi realizada a sistematização e análise das informações obtidas ao longo do processo onde os dados foram organizados para permitir a identificação de padrões, contradições e permanências nas relações sociais que estruturam o uso e ocupação da Praça Doze de Outubro. A articulação entre teoria e realidade concreta busca responder ao problema da pesquisa, à luz da perspectiva crítica da produção do espaço urbano.

4. A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ (BA)

4.1 Formação histórica do município de São Sebastião do Passé

A compreensão da formação histórica de um município é fundamental para apreender a produção do espaço urbano e as dinâmicas sociais que o constituem. A cidade, na perspectiva de Leonardo Benevolo (1993), não emerge de forma espontânea pois ela é o resultado de um longo processo histórico marcado por diversos fatores como transformações políticas, econômicas, culturais e técnicas. Nesse sentido, os assentamentos urbanos¹⁶ estiveram historicamente associados à concentração de poder, à organização das atividades produtivas e à estruturação das relações sociais (MUMFORD, 1998; VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2011; SANTOS, 2008).

Nessa mesma linha, Mumford (1998) afirma que as cidades são expressões materiais da civilização, sintetizando em sua forma urbana os valores, os modos de vida e as relações sociais de cada época. De acordo com o autor, o espaço urbano deve ser compreendido como o resultado da interação entre as necessidades práticas, os simbolismos culturais e as estruturas de poder. O que torna indispensável a análise histórica para uma compreensão da cidade contemporânea, seja por suas ruas, praças e/ou edificações, elementos estes que se tornam registros materiais dos processos que moldam a cidade.

No Brasil, a produção histórica do espaço urbano a história da produção do espaço urbano apresenta características que se ligam fortemente à colonização, à concentração de terras e à atuação seletiva do Estado. Villaça (2001) evidencia que a estrutura urbana das cidades brasileiras resulta da ação articulada de diferentes agentes sociais, especialmente o mercado imobiliário e o poder público que produz uma organização espacial desigual, com forte diferenciação entre áreas centrais e periféricas. Maricato (2011) complementa ao afirmar que a urbanização no Brasil ocorreu de forma excludente, dissociada do acesso universal à

¹⁶ Assentamentos urbanos referem-se às diferentes formas de fixação humana no espaço ao longo do tempo, desde aldeias e vilas até cidades propriamente ditas, resultantes da concentração progressiva de população, atividades econômicas, funções políticas e práticas sociais. Esses assentamentos não surgem de maneira aleatória, mas respondem às condições históricas, técnicas e culturais de cada período, configurando distintas morfologias urbanas e modos de vida (MUMFORD, 1998; BENEVOLO, 1993).

infraestrutura e aos serviços urbanos, o que contribui para a persistência de padrões de desigualdade socioespacial.

Segawa (1996) ao falar sobre a formação de espaços públicos, como praças e jardins, ressalta que esses locais refletem projetos de urbanos associados a determinados momentos históricos e que expressam as escolhas político-sociais¹⁷ revelando tanto permanências quanto transformações na organização urbana; funcionando como testemunhos materiais das mudanças do cotidiano da população.

No caso de São Sebastião do Passé, sua formação histórica remonta ao início do século XVIII quando se denominava “Vila do São Francisco da Barra do Sergipe do Conde” (atual São Francisco do Conde), período em que as áreas situadas no setor norte do Recôncavo Baiano¹⁸ passaram a ser progressivamente ocupadas por colonizadores portugueses que instalaram engenhos e plantações devido à fertilidade dessas terras e para o cultivo da cana-de-açúcar (IBGE). Esse processo esteve diretamente relacionado à organização territorial da região, marcada pela implantação de engenhos, roças e capelas que contribuíram para a formação de pequenos núcleos de povoamento com as rotas de circulação econômica que ligavam o interior à capital colonial: Salvador.

Nesse contexto, foi criada a Freguesia de São Sebastião das Cabeceiras do Passé, por meio do Alvará Régio de 11 de Abril de 1718, assinado por Dom Sebastião Monteiro de Vide, configurando-se então como um importante núcleo administrativo e religioso da região. A lei de 26 de Junho de 1880 dividiu a Freguesia em dois distritos, a qual pertencia ao município da Villa de São Francisco do conde: o primeiro partindo do Engenho Natiba, à margem direita do Rio

¹⁷ Na seção 5 desta pesquisa, será abordado o uso da praça em suas duas variações: a religiosa e a política-social, voltada para eventos que a prefeitura promove.

¹⁸ Antes da chegada dos colonizadores europeus, a área do **Recôncavo Baiano** já era habitada por povos indígenas, como os Macro-Jê e Tupinambás, que ocupavam o território muito antes da colonização portuguesa. Esses grupos foram gradualmente deslocados ou incorporados com a expansão colonial no século XVI e XVII, moldando a base humana sobre a qual se desenvolveram os primeiros assentamentos europeus na região. (BAHIATERRA, 2024. Por Márcio Vasconcelos de O. Torres, historiador e viajante). A **porção norte do Recôncavo Baiano** compreende áreas que atualmente correspondem a municípios como São Sebastião do Passé, Candeias, São Francisco do Conde e Santo Amaro, integrando a região historicamente vinculada à Baía de Todos-os-Santos e ao desenvolvimento da economia açucareira colonial. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Informações históricas e territoriais sobre os municípios do Recôncavo Baiano).

Jacuípe e dividindo-se com as freguesias do Monte, Passé e Mata de São João. O segundo partiu da fazenda Muruema, pela margem esquerda do mesmo rio, dividindo-se pelo lado oposto, com as freguesias de Santo Antônio do Rio Fundo e Santana do Coité. A freguesia reunia aproximadamente 2.600 habitantes distribuídos entre 8 engenhos, 4 capelas e pequenas propriedades agrícolas sendo o açúcar e a mandioca as principais bases econômicas que moldou as primeiras formas de ocupação territorial do local, construindo um forte vinculado da economia rural às atividades produtivas do Recôncavo Baiano (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, 2025).

A comunidade se estruturou em torno da capela principal que teria sido erguida por uma família abastada e funcionou como ponto de referência na vida coletiva da freguesia, localizada na Praça Doze de Outubro ela foi erguida em homenagem a São Sebastião¹⁹ sinalizando a importância da Igreja Católica na urbanização colonial brasileira (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, 2025). Há registros de edificações como o Engenho Lagoa e sua capela, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2, datados do final do século XVIII, que atestam a presença e a importância dos engenhos no processo de ocupação e organização territorial da região, além de refletir os traços arquitetônicos e sociais da vida colonial no Recôncavo.

¹⁹ Considerado um símbolo de coragem e fidelidade a Deus, preferindo servir a Cristo a manter seu alto posto no exército de Roma, São Sebastião (a.C 256–288) foi um soldado romano e mártir cristão venerado como santo pela Igreja Católica e ortodoxa. Capitão da guarda imperial na Itália, converteu-se ao cristianismo e secretamente apoiou cristãos perseguidos, sobrevivendo a um primeiro martírio por flechadas antes de ser açoitado até a morte e seu corpo jogado na *Cloaca Maxima* - sistema de esgoto romano. (Livro “Santos de cada dia” – José Leite, SJ [Editorial A.O. Braga, 2003])

Figura 1: A construção do Engenho Lagoa, em São Sebastião do Passé-BA, um dos mais requintados do Recôncavo Baiano, data do final do séc. XVIII.



Fonte: Acervo Digital do Iphan (2009).

Figura 2: Engenho Lagoa, São Sebastião do Passé-BA.



Fonte: Acervo histórico de São Sebastião do Passé, Canal Rural (2012).

Importante destacar que a formação dessas freguesias desempenhava papel fundamental no ordenamento do território colonial, pois nelas se concentravam as funções administrativas, sociais e religiosas que contribuem para a consolidação dos primeiros núcleos urbanos. Dessa forma, a criação da freguesia São Sebastião das Cabeceiras do Passé não representou apenas uma delimitação administrativa, mas um marco importante na estruturação do espaço local, uma vez que favoreceu a fixação dos seus residentes e a formação das primeiras centralidades da região.

Além da organização territorial e administrativa, outro elemento que revela aspectos da formação histórica do município é a origem do seu nome. A toponímia²⁰ reflete um processo cultural e histórico que mostra como os nomes de lugares trazem consigo práticas e experiências humanas ao longo do tempo. Segundo registros históricos, o nome “Passé” está associado à antiga Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passé, localizada no atual distrito de Passé, no município de Candeias, da qual se desmembrou a Freguesia de São Sebastião das Cabeceiras do Passé no início do século XVIII. Entretanto, foram registradas também tradições orais que mencionam a existência de um riacho denominado Passé, embora sem documentação escrita disponível, o que ilustra a importância das narrativas locais na formação do toponímico municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, 2025). Portanto, essas explicações apontam para o que Lefebvre (2006, pg. 26) conceitualiza “O espaço (social) é um produto social.”, ou seja, o lugar não é apenas um lugar geográfico, mas uma construção histórica carregada de símbolos dos seus habitantes.

Ao longo do século XIX, a freguesia passou por transformações que acompanharam as mudanças na economia regional e nas relações sociais do Recôncavo. Onde historicamente teve o seu processo de expansão marcado pela presença de grandes proprietários rurais e a consolidação de atividades agrícolas em torno da cana-de-açúcar e de outras culturas. Isso refletiu a lógica econômica da época, que dependia do trabalho escravo e, mais tarde, de trabalhadores livres, que continuaram a viver em condições difíceis mesmo após a Abolição, dentro do sistema de plantation (OLIVEIRA, 2010; REIS, 2003).

²⁰ Toponímia é o campo de estudo que se dedica à análise da origem, do significado e da evolução dos nomes de lugares, buscando compreender como esses nomes refletem aspectos históricos, culturais, linguísticos e sociais associados à ocupação e à organização do território (DICK, 1990). E Tuan (1980) destaca que a nomeação dos lugares participa da construção do sentimento de pertencimento e da produção simbólica do espaço.

A configuração espacial resultante desse padrão histórico é característica de muitas cidades brasileiras é algo que podemos ver em muitas cidades brasileiras que cresceram durante o ciclo do açúcar, misturando hierarquias sociais e fragmentações territoriais, conforme observa Maurício de Almeida Abreu (1987) ao discutir a evolução urbana nos contextos históricos brasileiros. Com o passar do tempo, às transformações socioeconômicas ocorridas na região contribuíram para o fortalecimento desse núcleo de povoamento, criando condições para a consolidação de estruturas administrativas próprias e para a redefinição das relações de poder no território.

Até 1926, São Sebastião do Passé era considerado um dos distritos do município de São Francisco do Conde. Entretanto, a sua emancipação político-administrativa ocorreu a partir da Lei Estadual nº 1870, de 19 de julho de 1926, sendo oficialmente instalado como município em 12 de outubro do mesmo ano. Isso se deu, em grande parte, devido à articulação entre um importante político local, o coronel Luís Ventura Esteves e o governador da época, Francisco Marques de Góis Calmon, apresentados nas Figuras 3 e 4.

Esse marco histórico demonstra uma redefinição das relações entre território, sociedade e o próprio poder local pois representa a superação de dependência em relação ao município de São Francisco do Conde para uma autonomia municipal com implicações na organização do seu espaço urbano e nas instâncias de governança (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, 2025).

Figura 3: Estátua do Coronel Luiz Ventura Esteves, localizada na Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA.



Fonte: Fotografia feita por Jair Cardoso (2012).

Figura 4: Imagem do ex-governador Francisco Góes Calmon.



Fonte: Museu Eugênio Teixeira Leal (2021).

A emancipação político-administrativa representou não apenas uma mudança institucional, mas também um importante impulso para a reorganização e expansão do espaço urbano de São Sebastião do Passé. A instalação desse novo município exigiu a consolidação de estruturas administrativas, políticas e econômicas próprias, o que favoreceu a ampliação dos serviços urbanos, a concentração de atividades comerciais e a intensificação das funções centrais da sede municipal. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da dinâmica urbana local ao estimular a ocupação do espaço, podendo ser compreendido como um marco importante na produção do espaço urbano do município, uma vez que a autonomia administrativa adquiriu novas formas de organização territorial e gestão da cidade.

Dessa forma, a urbanização brasileira deve ser compreendida como um processo histórico marcado por contradições sociais e espaciais, no qual as formas materiais da cidade refletem relações sociais que são mediadas por estruturas político-econômicas e culturais. O espaço urbano pode ser compreendido, nesse sentido, como o resultado da articulação entre os elementos materiais desde a infraestrutura, os equipamentos urbanos e a organização do território até as práticas sociais que nele se desenvolvem. Em São Sebastião do Passé, essa historicidade urbana pode ser observada na distribuição espacial das atividades produtivas, na permanência de centros de interação social e na gradual configuração da infraestrutura urbana, que acompanha as demandas da população local ao longo do século XX e início do XXI. Esses fatores contribuem para compreender como o espaço urbano do município foi sendo produzido ao longo do tempo, resultando na configuração atual de suas centralidades e dinâmicas socioespaciais.

4.2 O processo de urbanização e expansão urbana de São Sebastião do Passé

Desde o período colonial, as transformações no território brasileiro (sejam elas econômicas, administrativas e/ou sociais) contribuíram para produzir as formas de ocupação materializadas do espaço urbano. Nesse sentido, analisar o processo de urbanização de São Sebastião do Passé e posterior influência do seu centro - a praça -, permite compreender como essas heranças históricas se configuram na cidade atual. Assim, embora a formação urbana local esteja vinculada a processos históricos mais antigos, sua configuração atual também resulta das

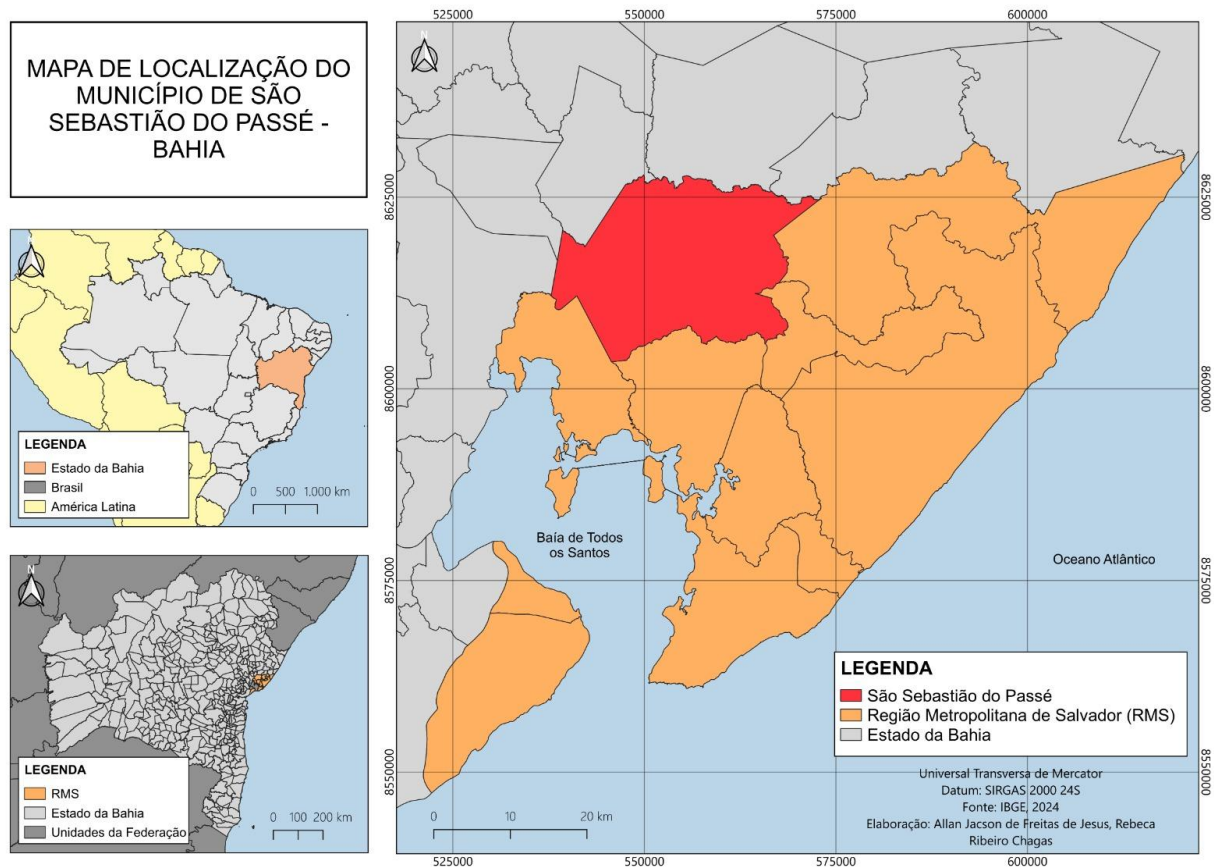
transformações urbanas recentes, associadas à expansão da urbanização, à intensificação dos fluxos regionais e à inserção do município na dinâmica metropolitana de Salvador.

Atualmente, São Sebastião do Passé integra a Região Metropolitana de Salvador e tem uma área de aproximadamente 538,32 km², como mostra o mapa de localização na Figura 5 e possui uma população de 40.958 habitantes, registrada no último Censo Demográfico (IBGE, 2022). No entanto, estimativas mais recentes indicam uma população aproximada de 42.153 habitantes para o ano de 2025 (IBGE, 2025).

Essa localização evidencia como as dinâmicas metropolitanas²¹ influenciam a área, incluindo fluxos populacionais, circulação de mercadorias e a integração com a capital baiana, inserindo o município em uma lógica mais ampla de metropolização. Nesse contexto, a metropolização não se restringe à proximidade geográfica com Salvador, mas envolve a intensificação de relações funcionais, econômicas e sociais que articulam os municípios em diferentes níveis de integração, por exemplo: nos deslocamentos pendulares, na concentração de atividades e na circulação de bens e serviços.

²¹ A Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi instituída por meio da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, no contexto da política nacional de planejamento urbano, visando à integração administrativa e funcional entre Salvador e os municípios do seu entorno. Essa institucionalização formalizou um processo de metropolização já em curso, impulsionado pela expansão urbana, pela industrialização e pela intensificação dos fluxos entre os municípios. No entanto, tais dinâmicas não correspondem necessariamente aos limites político-administrativos estabelecidos, uma vez que a integração ocorre de forma desigual entre os municípios, com diferentes níveis de inserção na dinâmica metropolitana (BRASIL, 1973; RIBEIRO et al., 2014).

Figura 5: Mapa de localização do município de São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Elaborado por Allan Jacson de Freitas de Jesus e Rebeca Ribeiro Chagas a partir dos dados do IBGE (2024)

Assim, o município passa a se inserir de maneira específica nessa dinâmica, podendo apresentar distintos graus de dependência e articulação em relação ao pólo metropolitano. E para compreender como esse processo se manifesta no plano local do município de São Sebastião do Passé, especialmente no que se refere às transformações demográficas associadas à urbanização, torna-se fundamental analisar brevemente a evolução populacional da sede municipal ao longo das últimas décadas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: A evolução demográfica da sede e situação de domicílio em São Sebastião do Passé-BA

Tabela - População residente e situação de domicílio na sede do município de São Sebastião do Passé (BA)						
Ano	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Total da Sede	...	...	29.652	32.400	34.842	34.384
Situação do domicílio (total)						
Urbano	...	...	21.433	24.984	28.471	29.045
Rural	...	...	8.219	7.416	6.371	5.339

Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas a partir dos dados do SIDRA, IBGE (2022).

A evolução demográfica da sede municipal revela mudanças importantes na população de São Sebastião do Passé. Entre 1991 e 2010, a população cresceu de 29.652 habitantes para 34.842. Entretanto, os dados mais recentes indicam uma leve redução populacional, com o censo de 34.384 habitantes em 2022; observa-se a possibilidade de deslocamento populacional, sobretudo de jovens, em direção à metrópole, motivado pela busca por oportunidades de emprego e acesso ao ensino superior, o que pode contribuir para a desaceleração ou estagnação do crescimento populacional local.

Embora o município tenha apresentado crescimento populacional ao longo das últimas décadas, esse ritmo ocorreu de forma moderada quando comparado a outros municípios da Região Metropolitana de Salvador, especialmente aqueles marcados por uma forte expansão urbana e dinamização econômica, como Lauro de Freitas e Camaçari. Lauro de Freitas, por exemplo, passou de aproximadamente 69 mil habitantes em 1991 para mais de 203 mil em 2022, enquanto Camaçari cresceu de cerca de 113 mil habitantes para mais de 300 mil no mesmo período, evidenciando dinâmicas populacionais significativamente superiores às observadas em São Sebastião do Passé (IBGE, 2022; IBGE, 2025).

Nesse contexto, o comportamento demográfico pode ser compreendido à luz das transformações nas dinâmicas metropolitanas, especialmente no que se refere à mobilidade populacional e à reorganização das atividades econômicas no território, que tendem a concentrar oportunidades em áreas mais centrais da região metropolitana (RIBEIRO et al., 2014). Essa

diferença no ritmo de crescimento populacional revela inserções distintas dos municípios na dinâmica metropolitana da Região Metropolitana de Salvador. Enquanto cidades como Lauro de Freitas e Camaçari passaram por intensa expansão urbana associada à industrialização, à valorização imobiliária e à maior concentração de investimentos e serviços, São Sebastião do Passé apresenta crescimento mais moderado, evidenciando uma dinâmica urbana menos acelerada. Tal cenário demonstra que a metropolização ocorre de forma desigual no território da RMS, concentrando fluxos econômicos, oportunidades de trabalho e infraestrutura em determinados municípios, ao mesmo tempo em que outros mantêm funções mais dependentes ou complementares dentro da lógica regional.

Além disso, nota-se uma mudança significativa na estrutura da população segundo a situação do domicílio, com aumento constante da população na zona urbana e redução da mesma na zona rural. Esse movimento evidencia um processo gradual de urbanização, onde atividades, serviços e infraestrutura tendem a estar mais concentrados (e progressivamente) no espaço urbano, enquanto as áreas rurais passam a apresentar uma diminuição de habitantes. Tal dinâmica acompanha uma tendência observada em escala nacional, marcada pela crescente concentração populacional nas cidades e pelo fortalecimento das áreas urbanas como centros de oferta de serviços, comércio e infraestrutura (IBGE, 2022). Em São Sebastião do Passé, esse processo se manifesta por meio da consolidação da sede municipal como principal núcleo organizador das atividades econômicas e administrativas locais.

Nesse sentido, o crescimento da população urbana em municípios como São Sebastião do Passé pode ser compreendido como reflexo da concentração contínua de serviços e atividades econômicas na sede municipal. Como observa Roberto Lobato Corrêa (2004, p. 9), “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas”. Com isso, a sede municipal assume papel central na oferta de serviços e na organização das atividades cotidianas da população mostrando transformações na estrutura socioespacial do município.

A economia de São Sebastião do Passé, historicamente, esteve fortemente vinculada às atividades rurais, especialmente com a produção de mandioca e a agropecuária, que

influenciaram diretamente a organização do território, os padrões de ocupação e a própria dinâmica urbana do município. Nesse contexto, a cidade desempenhava funções diretamente articuladas ao campo, característica comum à formação das pequenas cidades brasileiras, nas quais o espaço urbano se estruturava como suporte das atividades agrícolas e das relações econômicas vinculadas ao meio rural. Conforme Corrêa (2011), às pequenas cidades brasileiras situam-se “na confluência do urbano e do rural”, exercendo funções diretamente relacionadas às dinâmicas econômicas e sociais do campo.

Entretanto, ao longo do século XX, especialmente com o avanço do processo de urbanização e da integração regional, novas atividades econômicas passaram a ganhar relevância no município, como o comércio, os serviços e pequenas atividades industriais. A presença de filiais de empresas como a CICOPAL e o Laticínio Dengo evidencia esse processo de diversificação econômica e de fortalecimento das funções urbanas locais. Ainda assim, observa-se que parte dessas atividades industriais mantém forte relação com a produção agropecuária, especialmente nos setores alimentício e de laticínios, demonstrando a permanência da relação entre campo e cidade na dinâmica econômica municipal.

Além disso, com a crescente integração de São Sebastião do Passé à Região Metropolitana de Salvador, o município passou a desempenhar também funções associadas à circulação e moradia para populações que trabalham em áreas metropolitanas mais centrais. Essa dinâmica econômica está ligada ao desenvolvimento urbano gradual, em que a cidade assume novas funcionalidades regionais e a sua conexão com o espaço metropolitano é aumentado. Segundo Oliveira e Santos (2018), a urbanização em cidades pequenas próximas a metrópoles tende a apresentar características onde há uma mescla nas formas urbanas que já são consolidadas com os padrões de expansão periurbana²², como é o caso da cidade de São Sebastião do Passé.

²² A expansão periurbana é o processo de crescimento das cidades em direção às áreas de transição entre o espaço urbano já consolidado e o meio rural, sendo caracterizado pela incorporação gradual de novas áreas ao tecido urbano. Nessas zonas coexistem usos do solo diversos: residenciais, agrícolas, industriais e de serviços que evidenciam as dinâmicas espaciais híbridas e transformações resultantes da pressão da urbanização sobre territórios anteriormente rurais. Esse processo está associado à ampliação da malha urbana, à valorização fundiária e à redistribuição de atividades e populações no entorno das cidades (SPOSITO, 2004; MONTE-MÓR, 2006).

Enquanto em grandes metrópoles a urbanização muitas vezes se expressa em grandes transformações físicas e densificação urbana acelerada²³, nas cidades pequenas há uma dinâmica distinta, na qual as relações sociais e os ritmos cotidianos moldam a forma urbana de maneira mais sucessiva. Endlich (2006) destaca que a urbanização em cidades de menor tamanho populacional é marcada por taxas de crescimento menos intensas e por uma forte continuidade de usos tradicionais do solo, mesmo com as novas exigências socioeconômicas à sua frente. Essa realidade também se observa no município, pois mesmo com mudanças estruturais na economia e maior incentivo político em realizações de festejos públicos, especialmente na época junina, as atividades rurais continuam sendo uma importante base econômica do município.

Figura 6: Imagem por drone da Festa do São João na Avenida São Sebastião em 2025 no município de São Sebastião do Passé-BA.



Fonte: Prefeitura de São Sebastião do Passé, Bahia (2025).

²³ A densificação urbana acelerada caracteriza-se pela intensificação rápida do uso do solo urbano, marcada pela concentração populacional e construtiva em áreas específicas da cidade, frequentemente impulsionada por interesses imobiliários e pela lógica do mercado, sem correspondência com políticas públicas adequadas. Tal dinâmica tende a reforçar processos de segregação socioespacial, precarização da infraestrutura e fragmentação do espaço urbano (MARICATO, 2011; CARLOS, 2007).

A expansão urbana observada em municípios próximos às metrópoles está ligada também às dinâmicas de mobilidade pendular, em que residentes de áreas periféricas deslocam-se diariamente para os centros metropolitanos em busca de emprego, educação e serviços, refletindo a integração funcional entre a cidade pequena e o núcleo metropolitano (LOBO et al., 2017). Podendo ser compreendido à luz de estudos mais amplos sobre urbanização e sistemas urbanos, nos quais as metrópoles exercem funções de polarização e atração de fluxos populacionais e econômicos, absorvendo trabalhadores e serviços de municípios vizinhos, enquanto estes passam a atuar como cidades satélites ou cidades-dormitório²⁴ (IGNAZZI, 2015).

Entretanto, esse tipo de urbanização tende a reproduzir padrões de desigualdade socioespacial entre áreas centrais e periféricas, evidenciando disparidades no acesso à infraestrutura, serviços urbanos e oportunidades de mobilidade na própria cidade. Dessa forma, compreender tais processos é fundamental para perceber como essas transformações influenciam e se materializam na estrutura interna da sede e nas suas áreas de maior concentração das atividades e fluxos dentro da cidade de São Sebastião do Passé.

²⁴ Cidades satélites são municípios ou núcleos urbanos funcionalmente articulados a uma cidade central ou metrópole, desempenhando papéis complementares no sistema urbano, como áreas de expansão residencial, apoio produtivo ou prestação de serviços, mas mantendo forte dependência econômica e funcional em relação ao centro principal. Já as chamadas cidades-dormitório caracterizam-se pela predominância do uso residencial, abrigando populações que realizam seus deslocamentos cotidianos para trabalhar, estudar ou acessar serviços em cidades maiores, configurando intensos fluxos pendulares. Esses espaços expressam formas específicas de integração metropolitana e, frequentemente, revelam processos de desigualdade socioespacial, uma vez que concentram moradia sem a correspondente oferta de empregos e equipamentos urbanos (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2011; CORRÊA, 2006).

4.3 Organização do espaço urbano e centralidades²⁵

A organização do espaço urbano articula diferentes agentes, como o Estado, o mercado e a própria população, responsáveis por produzir formas específicas de ocupação, circulação e uso da cidade; e por isso não pode ser compreendido apenas como um suporte físico das atividades humanas, mas como um resultado das relações sociais, econômicas e políticas que se materializam no território ao longo do tempo. Conforme afirma Milton Santos, “o espaço não é um simples reflexo da sociedade, mas um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, constituindo-se ao mesmo tempo como resultado e condição da reprodução dessas relações” (SANTOS, 2008, p. 63).

A partir dessa perspectiva, deparamos com o entendimento de que a estrutura urbana expressa interesses econômicos, decisões políticas e dinâmicas sociais que orientam a ocupação do solo e os padrões de acessibilidade dentro da cidade. Dessa forma, o espaço urbano não se apresenta de maneira homogênea, pois ele é marcado por diferenciações internas que se manifestam na distribuição desigual de infraestrutura, equipamentos urbanos e oportunidades de acesso aos serviços. Havendo o destaque então para o conceito de **centralidade urbana**, ao se compreender como a concentração espacial de atividades, fluxos e funções organizam a dinâmica cotidiana das cidades.

De acordo com Flávio Villaça, “O centro urbano é o lugar de maior acessibilidade da cidade e, por isso, o espaço onde se concentram atividades comerciais, serviços e equipamentos que dependem do contato direto com o público” (VILLAÇA, 2001, p. 238). Nesse sentido, a centralidade não se restringe apenas à presença de comércio ou serviços, ainda que esses elementos sejam de grande importância para a dinamização das atividades econômicas e para a intensificação dos fluxos cotidianos no espaço urbano, ela envolve também aspectos relacionados à acessibilidade, à circulação e à valorização do solo urbano, constituindo-se como um elemento estruturador da organização intraurbana.

²⁵ Nessa seção apresenta-se uma conceituação breve sobre o tema, que será aprofundado na seção 5.1

A centralidade emerge a partir de processos históricos de concentração de investimentos e infraestrutura, refletindo relações de poder e estratégias econômicas que orientam a produção do espaço. Além de sua dimensão funcional, a centralidade também apresenta uma importante dimensão social e simbólica. Como destaca Ana Fani Alessandri Carlos, “[...] o centro da cidade não pode ser entendido apenas como espaço funcional. Ele é também lugar de encontro, de circulação de pessoas, de produção de sociabilidade e de construção de referências simbólicas que estruturam a vida urbana” (CARLOS, 2007, p. 47). Dessa maneira, o centro urbano configura-se como um espaço vivido, no qual se concentram práticas cotidianas, encontros e interações sociais que contribuem para a construção da identidade urbana e para a formação de vínculos de pertencimento entre os habitantes da cidade.

A análise da centralidade urbana em cidades pequenas exige considerar as especificidades da organização espacial desses municípios. Diferentemente das grandes metrópoles, nas quais as centralidades tendem a se fragmentar e multiplicar em diferentes polos urbanos, as cidades pequenas apresentam, em geral, uma estrutura urbana mais concentrada, na qual grande parte das atividades comerciais, administrativas, religiosas e de serviços se organiza em torno de um núcleo central relativamente bem definido. Como observa Roberto Lobato Corrêa, “nas pequenas cidades, a centralidade tende a concentrar funções urbanas diversas em um mesmo espaço, o que reforça o papel do centro como lugar de convergência dos fluxos cotidianos da população” (CORRÊA, 2007, p. 33). Nesse contexto, espaços como as praças centrais assumem papel fundamental na materialização dessa centralidade, constituindo-se como pontos privilegiados de concentração de fluxos e de práticas socioespaciais, aspecto que será analisado de forma mais detalhada no capítulo seguinte, ao tratar do planejamento e da dinâmica da Praça Doze de Outubro.

Assim, a centralidade não se define apenas pela sua localização geográfica, mas também pela intensidade das relações sociais que nela se desenvolvem. Logo, o centro urbano assume uma importância estratégica não apenas do ponto de vista funcional, mas também simbólico e social; como observa Paulo César da Costa Gomes, os espaços centrais da cidade tendem a se constituir como lugares de visibilidade e convivência pública, nos quais diferentes grupos sociais se encontram e estabelecem interações que estruturam a vida urbana (GOMES, 2006). Nesse

cenário, determinados espaços localizados nas áreas centrais passam a concentrar diferentes funções urbanas e práticas sociais. Praças, igrejas, mercados e edifícios administrativos frequentemente configuram pontos de referência na organização do espaço urbano, articulando fluxos de circulação e atividades cotidianas da população.

No contexto urbano de São Sebastião do Passé, a organização do espaço urbano evidencia uma estrutura marcada pela concentração de equipamentos públicos, comércio e serviços nas áreas centrais da cidade, enquanto setores mais periféricos apresentam menor oferta de infraestrutura urbana. Esta configuração expressa, em escala local, dinâmicas mais amplas da urbanização brasileira, nas quais a distribuição desigual de investimentos e oportunidades contribui para a formação de diferenciações socioespaciais no interior das cidades. Tais processos, influenciam diretamente a organização do espaço urbano local, condicionando o uso dos equipamentos públicos, os padrões de circulação e a localização das atividades urbanas no município.

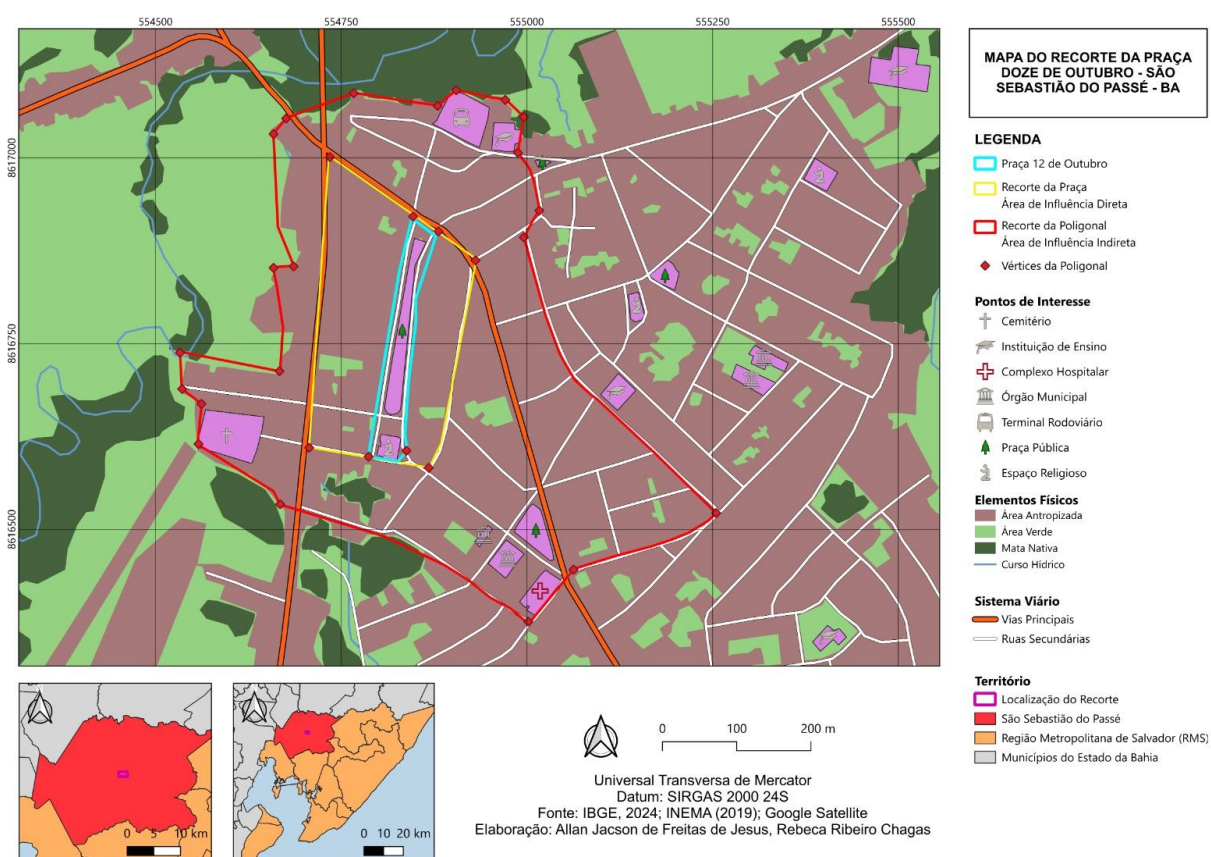
Assim, compreender a estrutura das centralidades urbanas torna-se fundamental para interpretar como se organizam os fluxos cotidianos e as práticas sociais no interior da cidade em específico, na sua centralidade. É a partir dessa perspectiva que se insere a análise da Praça Doze de Outubro, compreendida como um dos principais elementos estruturadores da centralidade urbana de São Sebastião do Passé. Mais do que um espaço de lazer e convivência, a praça representa um ponto de convergência de fluxos, práticas sociais e referências simbólicas da cidade, expressando, em sua materialidade e em seus usos cotidianos, aspectos fundamentais da organização do espaço urbano local.

4.3.1 A Praça Doze de Outubro no contexto urbano de São Sebastião do Passé

A Praça Doze de Outubro insere-se como um dos principais espaços públicos de São Sebastião do Passé, como pode ser observado na Figura 6, desempenhando um papel estruturador na organização do espaço urbano. Sua localização em área central favorece a concentração de fluxos, que variam desde a mobilidade cotidiana de pedestres e até a dinâmica econômica gerada pela convergência de atividades comerciais, serviços e equipamentos públicos, configurando-se como um ponto de referência espacial, funcional e simbólica para a população.

Para Lefebvre (2001), a centralidade urbana não é apenas um fato físico, mas um produto social, resultante da convergência de fluxos, atividades e relações de poder. No caso sebastianense, essa centralidade é reforçada pela acessibilidade radial²⁶, onde as principais vias de escoamento da cidade convergem para o entorno da praça, facilitando o transbordo de passageiros e o consumo.

Figura 7: Recorte da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Elaborado por Allan Jacson de Freitas de Jesus e Rebeca Ribeiro Chagas a partir dos dados do IBGE (2024).

²⁶ Acessibilidade radial é a configuração de uma rede de transportes ou malha urbana onde os eixos de circulação convergem de diferentes periferias em direção a um núcleo central comum. Esse modelo morfológico favorece a concentração de fluxos e a valorização do solo no centro, facilitando o deslocamento direto entre as zonas periféricas e o coração funcional da cidade (VILLAÇA, 2001).

Essa dinâmica não se limita à dimensão estrutural, mas envolve também aspectos sociais e simbólicos, sendo a materialização do "espaço vivido" (LEFEBVRE, 2001), onde as práticas sociais diversas como encontros cotidianos, atividades informais, lazer, manifestações culturais e circulação conferem sentido à experiência urbana. A presença de estabelecimentos comerciais, serviços e órgãos públicos em seu entorno imediato reforça o papel da praça como o núcleo articulador da cidade, evidenciando como os espaços centrais organizam a vida urbana.

Sob a ótica de Jacobs (2011), essa diversidade de usos no entorno garante a "vigilância natural"²⁷ e a segurança do espaço: a circulação constante de pessoas em diferentes horários cria uma movimentação contínua, inibindo a degradação e promovendo a vitalidade urbana. Assim, a Praça Doze de Outubro deixa de ser apenas um vazio entre edificações para se tornar um gerador de permanência e interação social.

Historicamente, a gênese da Praça Doze de Outubro remete à lógica de ocupação do território baiano no período colonial, onde o espaço público central nascia indissociável da presença religiosa e administrativa. Conforme apontam Marx (1980) e Segawa (1996) no contexto brasileiro, sua função original era de natureza predominantemente simbólica e congregacional, servindo como uma área de transição²⁸ do espaço religioso (igreja) para o profano (ruas) e extensão do poder eclesiástico que estruturava a antiga freguesia.

Entretanto, ao longo do processo de urbanização de São Sebastião do Passé, essa função primordial foi revestida por novas camadas de complexidade. O que antes era o centro da vida espiritual consolidou-se como o núcleo da vida funcional, onde a herança do 'vazio central' luso-brasileiro passou a abrigar a convergência de fluxos comerciais e de serviços que definem a

²⁷ O conceito de vigilância natural, ou "olhos da rua", pressupõe que a segurança dos espaços públicos é garantida pela presença contínua de usuários e pela diversidade de atividades no entorno. Edificações com fachadas abertas e janelas voltadas para o logradouro permitem que os ocupantes observem o espaço público de forma passiva, inibindo comportamentos antissociais através do controle social informal (JACOBS, 2011).

²⁸ Essa área de transição para a Geografia Urbana é denominada de "adro" sendo então o espaço livre e delimitado defronte ou em torno de uma igreja, funcionando como elemento de transição entre o recinto sagrado e a malha urbana, sendo historicamente o principal palco de sociabilidade e manifestações religiosas nas vilas coloniais brasileiras (REIS FILHO, 1968).

cidade contemporânea característica presente na formação urbana colonial portuguesa, marcada pela centralidade da igreja e da praça como elementos estruturadores do espaço urbano (MARX, 1991).

Essa transição não apaga o papel histórico da praça, mas o ressignifica onde algumas poucas permanências arquitetônicas coexistem com o dinamismo das trocas socioespaciais atuais. Gomes (2007) ressalta que o espaço público é o lugar da visibilidade social, onde se manifestam as formas de pertencimento, reconhecimento e representação coletiva através da topofilia, termo firmado por Tuan (1980). Entretanto, essa centralidade não se constrói de forma homogênea, pois conforme Lefebvre (2001), o espaço urbano é permeado por contradições, sendo simultaneamente concebido pelo planejamento, percebido na materialidade e vivido no cotidiano e nessa perspectiva, a dimensão do espaço concebido isto é, o planejamento, será retomada na seção seguinte, como chave de análise da Praça Doze de Outubro.

Em suma, a Praça Doze de Outubro sintetiza essas múltiplas dimensões, articulando materialidade, usos e práticas sociais, ao mesmo tempo em que expressa os processos históricos de formação da cidade e as transformações recentes de sua dinâmica urbana. Sua análise permite apreender aspectos fundamentais da organização urbana de São Sebastião do Passé, constituindo um recorte privilegiado para compreender as dinâmicas socioespaciais locais. Nesse sentido, o capítulo seguinte aprofunda essa leitura a partir da investigação empírica e morfológica da Praça Doze de Outubro e de seu entorno imediato, analisando como a configuração física da praça planejada e a construída no dia a dia, responde às demandas da vida coletiva e como as táticas de apropriação dos usuários produzem o cotidiano desse fragmento urbano.

5. A PRAÇA DOZE DE OUTUBRO: ENTRE FORMAS, USOS E SIGNIFICADOS

A análise da Praça Doze de Outubro permite compreender, em escala local, as relações entre sociedade e espaço que estruturam a cidade de São Sebastião do Passé, para além de um elemento físico da paisagem urbana constituindo-se também como ponto de intensa circulação, das práticas sociais e de diferentes formas de apropriação, refletindo a centralidade, uso do espaço e produção do urbano. Nesse sentido, esta seção busca analisar a praça considerando sua configuração espacial, identificando o papel do planejamento urbano em sua produção e a atuação dos modos de uso e ocupação do espaço vivido.

Para isso, a discussão está organizada em quatro momentos: inicialmente, aborda-se a forma e o entorno da praça, em seguida, discute-se o espaço concebido relacionado ao planejamento; posteriormente, examina-se o espaço vivido, a partir das vivências e apropriações e, por fim, examina-se seu papel na dinâmica urbana e na centralidade local.

5.1 A forma que organiza: a configuração espacial e o entorno da praça

A Praça Doze de Outubro localiza-se em posição central no município de São Sebastião do Passé desempenhando um papel relevante na organização do espaço urbano local. Georreferenciada nas coordenadas 12°30'46" S e 38°29'42" W, conforme apresentado da Figura 7, a praça está inserida em uma área consolidada da cidade que favorece a articulação entre diferentes localidades e se configura como um ponto de intensa circulação e encontro da população.

Figura 8: Localização e delimitação da área de influência direta da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através dos dados do Google Earth, 2025.

A partir da análise da imagem de satélite em conjunto com a delimitação poligonal da área de estudo apresentada na figura acima, observa-se que a Praça Doze de Outubro está inserida em um núcleo urbano consolidado, articulado por uma malha viária que conecta diferentes setores residenciais, comerciais e institucionais da cidade. Entretanto, sua localização evidencia uma centralidade historicamente consolidada, mas espacialmente deslocada em relação aos vetores contemporâneos de expansão urbana do município.

Embora a praça permaneça como importante núcleo político, comercial e simbólico de São Sebastião do Passé, observa-se que o crescimento urbano recente ocorre predominantemente em direção às áreas periféricas articuladas aos eixos rodoviários e às zonas associadas às atividades industriais. Tal dinâmica demonstra um processo de expansão horizontal do tecido

urbano, marcado pelo espraiamento periférico da cidade, ao invés do adensamento da área central por meio da verticalização.

A análise da poligonal também permite identificar a existência de múltiplos acessos à praça, favorecidos por vias irregulares que acompanham o processo histórico de formação do núcleo urbano; possibilitando a permeabilidade do espaço e intensifica a circulação de pedestres, reforçando a articulação urbana. Além disso, há presença de transporte coletivo, com linhas de ônibus intermunicipais e transporte alternativo que conectam o município desde os seus distritos, cidades vizinhas - como Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus - e à capital, Salvador, contribuindo para o aumento dos fluxos no interior da cidade e uma integração da praça a uma dinâmica territorial mais ampla. Essa condição está diretamente relacionada à sua proximidade com a BR-110, rodovia que exerce papel fundamental na estruturação dos fluxos regionais, facilitando o deslocamento de pessoas, mercadorias e serviços.

A partir da praça, existe ramificação de vias secundárias, conforme evidenciado na Figura 8, responsáveis pelo acesso às áreas tanto residenciais quanto comerciais evidenciando uma hierarquia viária, com destaque ao acesso à segunda praça chamada Praça General Raimundo Barbosa, onde tem como função principal o entretenimento da cidade (fato que será abordado na seção 5.3). No que se refere à sua configuração espacial, a praça e seu entorno imediato apresentam uma organização marcada por traçado urbano mais orgânico, característico das áreas centrais historicamente consolidadas. Essa configuração favorece os encontros, a permanência e as práticas de convivência social, diferentemente de espaços urbanos voltados predominantemente à circulação e à passagem rápida de pessoas. Assim, a Praça Doze de Outubro constitui um espaço de sociabilidade cotidiana, no qual a forma urbana influencia diretamente a apropriação pela população, evidenciando a relação entre organização espacial e vida social.

Outro elemento de importância fundamental é a presença da Igreja Matriz que reforça o caráter simbólico e histórico da praça, como pode ser observado pelas Figuras 8, 9 e 10 de diferentes anos, contribuindo para sua consolidação como ponto de encontro no município.

Figura 9: Capela Igreja Matriz (1926).



Fonte: Bastião da Gente (2024).

Figura 10: Igreja Matriz de São Sebastião (1957)



Fonte: IBGE (2023)

Figura 11: Igreja Matriz de São Sebastião do Passé (2026)

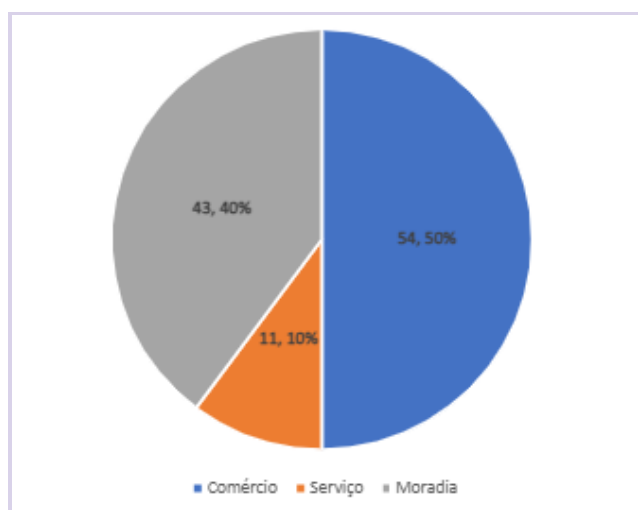


Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

O entorno imediato da praça é marcado pela maior concentração de atividades comerciais e de serviços, incluindo agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica e a Lotérica), estabelecimentos de vestuários e calçados, espaços de alimentação; o que intensifica a circulação de pessoas ao longo do dia (e finais de semana) e amplia a diversidade de usos do espaço, como pode ser observado no gráfico em pizza dos dados extraídos do mapeamento realizado durante o trabalho de campo. Os dados demonstram a predominância das atividades

comerciais no entorno da praça, correspondendo a aproximadamente 54,5% dos usos identificados, seguidos pelo uso residencial, com cerca de 43,4%, enquanto os serviços representam aproximadamente 11,1%. Essa distribuição evidencia o forte caráter comercial da área central, ao mesmo tempo em que revela a coexistência entre funções econômicas e residenciais no espaço urbano analisado. A presença significativa de moradias próximas à praça demonstra que o centro urbano mantém não apenas funções econômicas e administrativas, mas também características associadas ao cotidiano residencial da população local.

Gráfico 1: Mapeamento da Praça Doze de Outubro, São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através da pesquisa de campo em 2026.

Um outro aspecto relevante refere-se às intervenções urbanas recentes no entorno da praça. Áreas adjacentes passaram por processos de requalificação²⁹, incluindo praças próximas à sede da prefeitura, inauguradas no contexto das comemorações do aniversário da cidade no ano de 2025, apontada nas Figuras 12 e 13, além das intervenções em andamento no Mercado

²⁹ A requalificação urbana refere-se a um conjunto de intervenções realizadas em áreas já urbanizadas, com o objetivo de melhorar suas condições físicas, funcionais e estéticas, promovendo a valorização do espaço e a adequação às novas demandas sociais e econômicas, estando associada a estratégias de reestruturação do espaço urbano (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 2007).

Cultural um lugar de importância histórica para o município e que integra espacialmente à área e constitui um importante espaço de realização de eventos que por muitos anos estava inativo pela falta de investimento público, conforme as Figuras 14 e 15. Tais ações evidenciam a atuação do poder público na tentativa de reordenar e valorizar esse espaço central, reforçando sua importância na dinâmica urbana local.

Figura 12: Prefeitura após revitalização, São Sebastião do Passé-BA (2025)



Fonte: Elaboração Rebeca Ribeiro Chagas e Monique Alves (2026)

Figura 13: Inauguração da sede da Prefeitura Municipal, São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé (2025)

Figura 14: Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA (2026)



Fonte: Elaboração Rebeca Ribeiro Chagas e Monique Alves (2026)

Figura 15: Mercado Cultural, São Sebastião do Passé-BA, 1957



Fonte: Bastião da Gente (2024).

Figura 16: Mercado Cultural em 2026 São Sebastião do Passé-BA.



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Nesse sentido, as ações de requalificação contribuem para reafirmar a centralidade da Praça Doze de Outubro, ao reconfigurar seus usos e potencializar sua inserção na dinâmica urbana, evidenciando o papel do planejamento na produção e reorganização do espaço.

5.2 O espaço concebido: a produção institucional da praça

A Praça Doze de Outubro, ao ser analisada através do conceito de espaço concebido, é possível observar e examinar o papel das instituições na produção e organização desse espaço público. De acordo com Lefebvre (2006, p. 40), o espaço concebido refere-se às "representações do espaço", associadas aos conhecimentos técnicos, códigos e estratégias de organização territorial elaboradas por agentes hegemônicos, como o Estado e os planejadores urbanos. Este conceito se refere a um espaço projetado a partir de interesses e formas específicas para a organização territorial, onde a Praça Doze de Outubro pode ser entendida como o resultado de sucessivas intervenções institucionais que, ao longo do tempo, definiram sua forma, funções e usos sociais através das obras de infraestrutura, projetos de manutenção e instalação de equipamentos públicos³⁰, como afirma Sabino que “Todo núcleo urbano deve ser formado de unidades imobiliárias de domínio privado e de terrenos ocupados por equipamentos urbanos” (SABINO, 2024). Caracterizando, portanto, a existência de um planejamento urbano voltado à consolidação da praça como espaço central da cidade.

A configuração inicial da Praça Doze de Outubro relaciona-se ao processo de consolidação do núcleo urbano de São Sebastião do Passé, marcado pela centralidade exercida pela Igreja Matriz (conforme discutido na seção anterior). Essa característica, portanto, remete à lógica de organização das cidades coloniais brasileiras, onde os espaços centrais eram planejados a partir da articulação entre poder religioso, poder político e controle social do território. Ou seja, desde sua gênese a praça se configurava como um espaço concebido institucionalmente, associado à centralidade urbana e à concentração das atividades políticas, religiosas e comerciais.

³⁰ De acordo com o Ministério das Cidades equipamentos públicos urbanos são as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. São equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. (BRASIL. Ministério das Cidades, 2023).

A dimensão concebida do espaço também pode ser observada nos instrumentos formais de planejamento urbano³¹ do município, especialmente no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)³², instituído pela **Lei Municipal nº 017/2006**, que estabelece diretrizes para o ordenamento territorial e para o desenvolvimento urbano de São Sebastião do Passé. O documento define o Plano Diretor como instrumento responsável pela organização do crescimento urbano, pela qualificação da estrutura da cidade e pela orientação das políticas públicas voltadas ao uso e ocupação do solo.

Sob essa perspectiva, o planejamento urbano implica formas específicas de organização e controle do território, constituindo-se como importante instrumento de produção do espaço urbano. Conforme aponta Lefebvre (2001), o espaço concebido está diretamente relacionado às estratégias de poder e às racionalidades técnicas elaboradas pelos agentes hegemônicos, que buscam ordenar o território segundo interesses políticos e econômicos específicos.

No caso de São Sebastião do Passé, a Praça Doze de Outubro concentra funções administrativas, comerciais, religiosas e de circulação, reforçando sua posição estratégica na dinâmica urbana municipal e no maior envolvimento do poder público para sua administração. Dessa forma, o Plano Diretor Municipal apresenta em seu anexo IV, página 58³³ (conforme o Quadro 1) as diretrizes relacionadas à qualificação da estrutura urbana, à ampliação dos equipamentos públicos e à valorização dos espaços coletivos, aspectos que dialogam diretamente com a função exercida pela Praça Doze de Outubro no cotidiano da cidade.

³¹ A Lei 10.257/2001, chamada O Estatuto da Cidade, é responsável por regulamentar o desenvolvimento urbano do país, definindo vários instrumentos para a efetivação de uma política urbana dentre eles estão: Os principais instrumentos são: Gestão Democrática; Plano Diretor; IPTU Progressivo no tempo; Desapropriação com Pagamentos de Título da Dívida Pública; Usucapião Especial de Imóvel Urbano; Direito de Superfície; Direito de Preempção; Da Outorga Onerosa do Direito de Construir; Estudo de Impacto de Vizinhança.

³² A Constituição Federal de 1988 define plano diretor como sendo um “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” conforme o Art. 182 § 1º sendo obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, mediante aprovação na Câmara Municipal.

³³ Para mais informações do Plano Diretor do Município de São Sebastião do Passé, consultar em: Plano Diretor de São Sebastião do Passé (Lei Municipal nº 017/2006).

Figura 17: Imagem do Anexo IV do Plano Diretor do município de São Sebastião do Passé-BA

 ESTADO DA BAHIA PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ GABINETE DA PREFEITA									
Lei do Plano Diretor de São Sebastião do Passé ANEXO IV DIRETRIZES E PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO E USO DAS ÁREAS URBANAS									
Diretrizes e Parâmetros Básicos para as Áreas Urbanas do Município de São Sebastião do Passé									
SEDE									
Área (1)	Localização	Diretrizes Básicas de Estruturação Urbana	Lote Mínimo (m ²)	Taxa Permeável mínima(2) (%)	Limite de Altura(3) (m)	Limite de n°. de Pavimentos (4)	Coeficiente de Aproveitamento Ca	Recuo Frontal mínimo (m)	Requisitos/Prerrogativas especiais
AC 1	Centro, S.Roque e Malhada	Qualificação dos espaços representativos como a Praça 12 de Outubro. Implementação do Programa de Estruturação do Centro. Construção do Centro Cívico. Construção do Centro de Lazer e Cultura.	200,00	20	10,00	2	1,0	-	2,3,,8,9
AC 2	Vivenda do Passé, Urbis I, Urbis II, e Mário Cruz.	Implantação do Parque da Cidade no bairro Mário Cruz.	200,00	30	10,00	3	1,0	-	2,3,8

Fonte: Prefeitura de São Sebastião do Passé-BA, 2006.

Ao longo do tempo, diferentes intervenções reforçaram essa dimensão institucional no espaço através da presença de equipamentos urbanos (conforme as figuras 16, 17, 18 e 19) no entorno da praça: como as clínicas, o hospital municipal, os estabelecimentos comerciais e os serviços públicos, demonstrando a concentração de investimentos e funções urbanas na área central. Somam-se a isso as intervenções voltadas à organização do mobiliário urbano como a pavimentação, iluminação, circulação de pedestres e realização de eventos promovidos pelo poder público, evidenciando a tentativa de ordenar e normatizar os usos desse espaço.

Figura 18: Primeiro ponto geográfico do estudo: A Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA, 2026



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Figura 19: Estabelecimentos da Praça Coronel Luiz Ventura, 16 Centro, São Sebastião do Passé-BA, 2026.



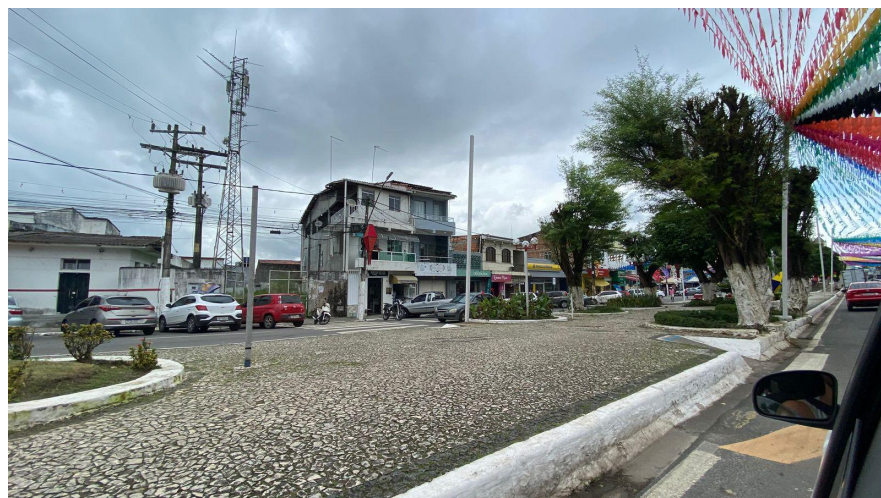
Fonte: Elaboração Rebeca Ribeiro Chagas e Monique Alves (2026)

Figura 20: Parte do entorno direto da Praça Doze de Outubro, 2026



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Figura 21: Parte do entorno direto da Praça Doze de Outubro, 2026



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Nesse contexto, a sequência de imagens permite identificar diferentes momentos da produção espacial da Praça Doze de Outubro. Nas primeiras representações (Figuras 21 e 22), observa-se a predominância da função religiosa e da ocupação social vinculada ao entorno da Igreja Matriz, evidenciando a centralidade simbólica e institucional característica da formação urbana colonial.

Figura 22: Praça Doze de Outubro, 1957



Figura 23: Largo da Praça Doze de Outubro, 1960



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal, São Sebastião do Passé-BA

Já na representação atual (Figuras 23 e 24), percebe-se a consolidação de intervenções urbanas voltadas à pavimentação, delimitação física e organização da praça, revelando a intensificação da atuação do poder público na normatização do espaço e nota-se maior diversificação funcional do entorno, marcada pela expansão comercial, pela presença de equipamentos urbanos e pela ampliação das infraestruturas, elementos que evidenciam a redefinição da centralidade urbana da praça ao longo do tempo e maior atuação do poder público.

Figura 24: Praça Doze de Outubro, 2024.



Fonte: Prefeitura de São Sebastião do Passé-BA, 2024.

Figura 25: Largo da Praça Doze de Outubro, 2026.



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Figura 26: Largo do final da Praça Doze de Outubro, 2026



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Dessa maneira, de acordo com Ana Fani Alessandri Carlos (2007), a produção do espaço urbano ocorre de maneira desigual, sendo marcada pela concentração de investimentos e infraestruturas em áreas consideradas estratégicas para a dinâmica econômica e política da cidade. Dialogando com a ênfase de Santos (2008), onde o espaço urbano é produzido de forma seletiva, refletindo interesses econômicos e políticos que direcionam investimentos e reforçam determinadas centralidades urbanas. Dito isso, as transformações observadas reforçam a compreensão de Segawa (1996) de que as praças constituem espaços públicos que expressam diferentes momentos históricos da cidade, preservando marcas materiais das mudanças sociais e urbanas.

Assim, a Praça Doze de Outubro assume papel estratégico na construção da imagem urbana de São Sebastião do Passé, funcionando como espaço de representação política, cultural e identitária do município. Ao mesmo tempo, a centralidade da praça está associada à concentração de fluxos e atividades urbanas onde a sua localização privilegiada favorece a circulação de pessoas, o acesso ao transporte público e a instalação de serviços e comércios, tornando-a um importante ponto de convergência da dinâmica socioespacial local. A presença de infraestrutura urbana e equipamentos públicos no entorno contribui para intensificar essa centralidade, reforçando o papel da praça na organização do espaço urbano municipal.

Entretanto, Lefebvre (2001) destaca que o espaço concebido não se impõe de maneira absoluta, pois está constantemente em tensão com o espaço vivido. Embora o planejamento urbano busque orientar usos e comportamentos, as práticas cotidianas da população frequentemente ressignificam o espaço para além das funções previstas institucionalmente. No caso da Praça Doze de Outubro, os usos cotidianos, os encontros, as permanências e as múltiplas formas de apropriação social demonstram que a dinâmica da praça adquire uma representação social além dos limites do planejamento formal.

Dessa forma, a análise do espaço concebido permite compreender a Praça Doze de Outubro como resultado de ações institucionais e estratégias de planejamento que buscam ordenar, normatizar e atribuir funções ao espaço urbano. Contudo, essa dimensão não se finda a compreensão da praça, uma vez que o espaço é continuamente apropriado e ressignificado pelos sujeitos sociais em suas experiências cotidianas. Assim, torna-se necessário articular essa discussão às práticas e vivências produzidas no espaço da praça, aspecto que será aprofundado na seção seguinte.

5.3 Entre o uso e a experiência: o cotidiano em movimento

A análise da Praça Doze de Outubro a partir da dimensão do espaço vivido permite compreender como a população se apropria cotidianamente desse espaço, atribuindo-lhe sentidos, usos e significados que ultrapassam as funções previstas pelo planejamento urbano. Conforme Lefebvre (2001), o espaço vivido corresponde à dimensão da experiência, das práticas sociais, das representações simbólicas e das relações construídas no cotidiano, sendo o nível no qual o espaço concebido é constantemente apropriado, reinterpretado e ressignificado pelos indivíduos.

Nessa perspectiva, a Praça Doze de Outubro não pode ser compreendida apenas como produto das ações institucionais ou como elemento físico da paisagem urbana, mas como espaço de convivência e construção das experiências coletivas. Pois, é no cotidiano que a praça adquire

dinamismo, tornando-se palco de encontros, circulação, permanências e múltiplas formas de uso que revelam a complexidade da vida urbana em São Sebastião do Passé.

Dessa forma, durante o trabalho de campo, foi possível perceber que, ao longo do dia e também da semana, a praça apresenta fluxos diferenciados de pessoas e atividades, evidenciando sua multifuncionalidade no contexto urbano local. Durante o período da manhã, observa-se um “despertar” da praça marcado pela circulação de indivíduos vinculados às atividades físicas, como pessoas de diferentes faixas etárias realizando caminhadas ou se deslocando para academias, além da presença de estudantes universitários que utilizam o espaço como ponto de transporte para o deslocamento em direção à capital baiana, dando início aos movimentos pendulares cotidianos.

Algumas horas depois, intensificam-se os fluxos associados às atividades comerciais, aos serviços públicos e ao transporte urbano, favorecidos pela presença de estabelecimentos comerciais, supermercados, clínicas, bancos e pela circulação de trabalhadores nas áreas adjacentes à praça é nesse período, o espaço assume forte centralidade funcional, concentrando deslocamentos, serviços e práticas cotidianas que reforçam sua importância na dinâmica urbana municipal. No período da tarde, observa-se a continuidade desses mesmos fluxos, com movimentação mais intensa ao final do dia em decorrência do retorno de pessoas que trabalham ou estudam fora do município. Tal dinâmica evidencia a praça como importante espaço de passagem e articulação dos deslocamentos cotidianos da população local.

Já no período noturno, sobretudo nos dias úteis, foi possível observar um fenômeno compreendido a partir da ideia de “praça que dorme”³⁴. Conforme Jacobs (2011), a vitalidade dos espaços públicos urbanos está diretamente relacionada à diversidade de usos e à presença contínua de pessoas nas ruas. Assim, quando a circulação de pessoas diminui e os encontros cotidianos tornam-se menos frequentes, o espaço público passa por um momentâneo

³⁴ A expressão “praça que dorme” evidencia que o espaço urbano possui temporalidades distintas de uso, nas quais a intensidade das relações sociais varia conforme os horários, os tipos de atividades presentes e o grau de centralidade exercido pelo lugar. Para Gomes (2002), o espaço público se caracteriza pela visibilidade das relações sociais e pela coexistência das diferenças no cotidiano urbano. Dessa forma, o enfraquecimento temporário dos fluxos e das interações sociais interfere diretamente na vitalidade e na dinâmica dos espaços públicos.

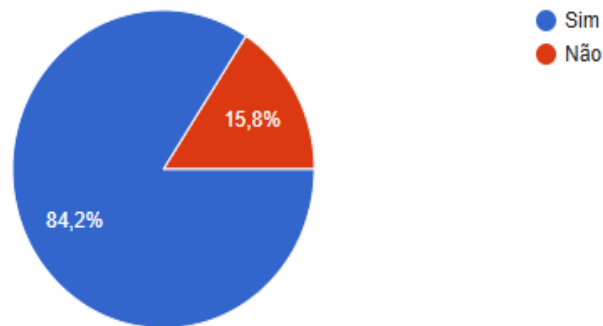
esvaziamento de sua dinâmica social. Entretanto, essa dinâmica se altera significativamente a partir das noites de sexta-feira e especialmente aos sábados e domingos, quando a praça passa por intensa ampliação dos usos associados ao lazer, à convivência e às práticas de sociabilidade. Nesses períodos, observa-se maior permanência de jovens, famílias, idosos e grupos sociais diversos que utilizam a praça e seu entorno como espaços de encontro, convivência e sociabilidade, especialmente nos estabelecimentos de alimentação e bares presentes no seu entorno, reforçando sua dimensão enquanto espaço público vivido e socialmente apropriado.

Além das práticas cotidianas vinculadas à circulação e ao lazer, a praça também assume relevância simbólica e afetiva para a população local. Muitos dos usos observados estão associados à memória coletiva, às festividades tradicionais — com destaque para os festejos juninos, fortemente presentes na cultura local e que mobilizam intensamente a população local e reforçam práticas de sociabilidade e pertencimento —, aos encontros religiosos (que acontecem de forma mais acentuada, na Igreja Matriz, aos domingos no turno da manhã e noite semanalmente, ou em datas específicas) e às experiências construídas ao longo do tempo no espaço urbano central. Nesse sentido, a praça ultrapassa sua dimensão funcional, tornando-se referência identitária para os moradores de São Sebastião do Passé.

A relação afetiva estabelecida entre os sujeitos e o espaço pode ser compreendida a partir da noção de toponímia desenvolvida por Yi-Fu Tuan (1980), segundo a qual os indivíduos constroem vínculos emocionais com determinados lugares a partir das experiências vividas. Assim, a Praça Doze de Outubro não representa apenas um espaço físico da cidade, mas um lugar carregado de memórias, significados e experiências compartilhadas cotidianamente.

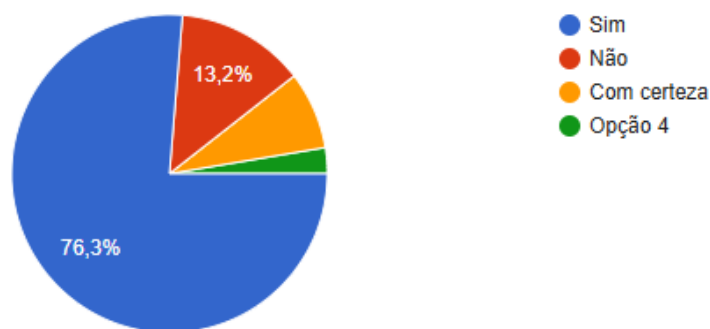
Os dados obtidos por meio das entrevistas reforçam o uso simbólico e afetivo da praça, como pode ser observado nos gráficos 2 e 3, uma vez que 84,2% dos entrevistados afirmaram possuir alguma memória marcante relacionada ao espaço, enquanto 76,3% consideram que a Praça Doze de Outubro representa a identidade de São Sebastião do Passé. Esses resultados evidenciam que a praça ultrapassa sua função material e funcional, constituindo-se como importante referência de pertencimento, memória coletiva e reconhecimento urbano para a população local.

Gráfico 2: Resposta dos entrevistados sobre a memória marcante em relação à praça Doze de Outubro



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através do Google Forms em 2026.

Gráfico 3: Resposta dos entrevistados sobre a representatividade da praça Doze de Outubro

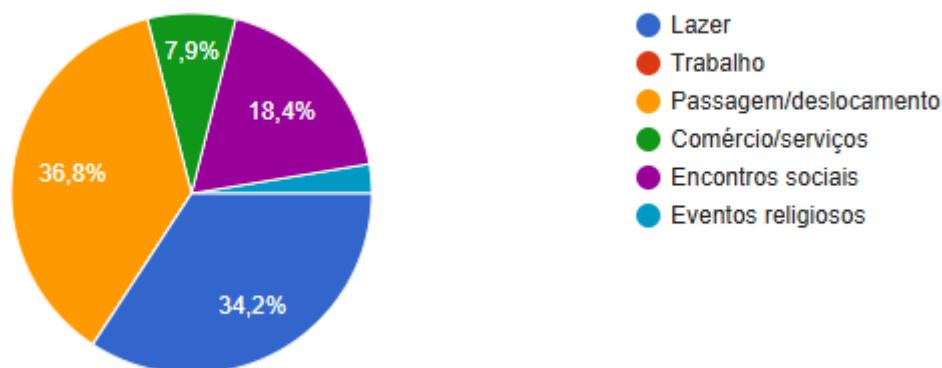


Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através do Google Forms em 2026.

As respostas, conforme apontados no gráfico 4, também revelam a multifuncionalidade da praça no cotidiano urbano. Embora 36,8% dos entrevistados apontem o deslocamento e a passagem como principal motivo de utilização do espaço, observa-se igualmente a presença significativa de usos associados ao lazer (34,2%) e aos encontros sociais (18,4%), demonstrando que a praça articula simultaneamente funções de circulação, permanência e convivência. Tal

dinâmica reforça a centralidade exercida pela Praça Doze de Outubro no contexto urbano municipal, funcionando não apenas como ponto de passagem, mas como espaço vivido e socialmente apropriado pelos diferentes grupos que frequentam o centro da cidade.

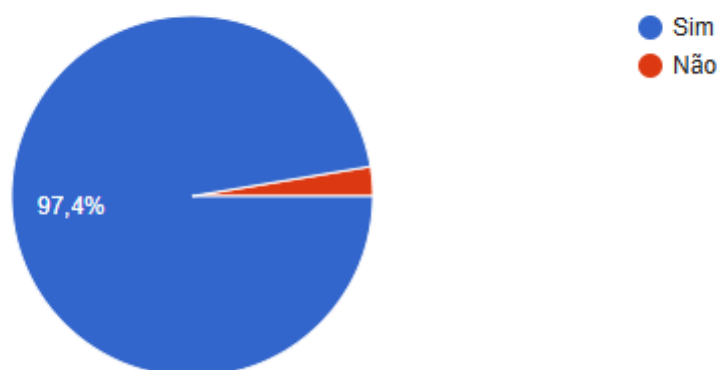
Gráfico 4: Resposta dos entrevistados sobre a utilização pessoal da praça Doze de Outubro



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através do Google Forms em 2026.

Os resultados obtidos no gráfico 5 também evidenciam percepções relacionadas às desigualdades socioespaciais presentes no município, pois cerca de 97,4% dos entrevistados afirmaram perceber diferenças entre a área central e os bairros mais afastados da cidade, revelando que a população reconhece a concentração de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos nas áreas centrais. Essa percepção dialoga diretamente com as discussões acerca da produção desigual do espaço urbano, nas quais determinadas áreas recebem maiores investimentos e concentram maior dinamismo econômico e funcional.

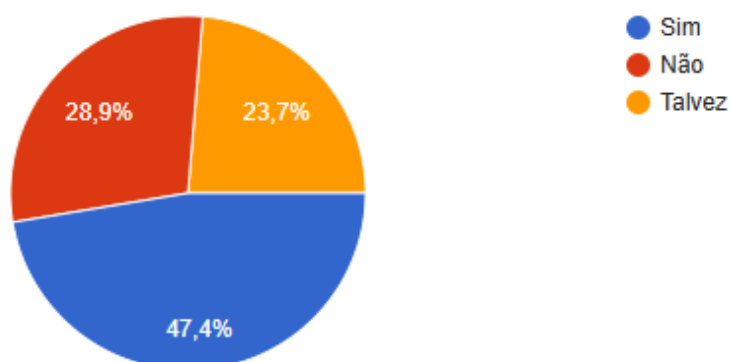
Gráfico 5: Resposta dos entrevistados sobre a percepção da área central e bairros periféricos



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através do Google Forms em 2026.

Além disso, as respostas através do gráfico 6 mostram que a praça permanece como importante referência urbana para a população, ainda que existam percepções distintas acerca de sua centralidade. Enquanto 47,4% dos entrevistados consideram a Praça Doze de Outubro como principal centro da cidade, parte dos participantes respondeu negativamente ou demonstrou incerteza, aspecto que pode estar relacionado às transformações recentes da dinâmica urbana municipal e à expansão da cidade em direção às áreas periféricas associadas aos eixos rodoviários e às atividades industriais.

Gráfico 6: Resposta dos entrevistados sobre a percepção da área central e bairros periféricos



Fonte: Elaborado por Rebeca Ribeiro Chagas através do Google Forms em 2026.

Ao mesmo tempo, que o espaço vivido também revela contradições e disputas presentes no cotidiano urbano. Conforme argumenta Gomes (2007), os espaços públicos constituem lugares de visibilidade social, nos quais diferentes grupos afirmam sua presença, seus modos de uso e suas formas de pertencimento. Nesse sentido, a própria diversidade de percepções identificadas nas entrevistas demonstra que a praça é apropriada de formas distintas pela população, assumindo significados variados conforme as experiências, práticas cotidianas e relações estabelecidas pelos sujeitos com o espaço urbano.

Portanto, a Praça Doze de Outubro constitui um espaço em constante movimento, produzido continuamente pelas práticas sociais que nela se realizam. Sua dinâmica cotidiana demonstra que o espaço urbano não é estático, mas resultado da interação entre materialidade, planejamento e experiência social. Assim, a análise do espaço vivido permite compreender a praça como expressão das relações sociais, afetivas e simbólicas que estruturam o cotidiano urbano de São Sebastião do Passé, contribuindo para consolidá-la como importante elemento da dinâmica socioespacial municipal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender a dinâmica socioespacial da Praça Doze de Outubro e de seu entorno no município de São Sebastião do Passé (BA), analisando seu papel na organização urbana, nas práticas cotidianas e na produção do espaço urbano local. Através da articulação entre revisão bibliográfica, levantamento documental, produção cartográfica, observações de campo e entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar que a praça desempenha funções que ultrapassam sua dimensão física, constituindo-se como importante espaço de centralidade, sociabilidade e construção de identidade urbana.

Pela análise histórica foi possível compreender que a formação da Praça Doze de Outubro está diretamente relacionada ao processo de constituição do núcleo urbano do município, inicialmente estruturado a partir da presença da Igreja Matriz e das funções político-administrativas associadas ao centro urbano tradicional. No que se refere à centralidade urbana, foi possível compreender o papel da Praça Doze de Outubro na organização da dinâmica socioespacial de São Sebastião do Passé, pois além de um lugar público destinado à convivência e ao lazer, a praça constitui importante núcleo articulador dos fluxos urbanos, evidenciado pela concentração de equipamentos urbanos, estabelecimentos comerciais e serviços públicos em seu entorno imediato. Tal dinâmica reforça a importância do centro urbano enquanto espaço privilegiado para a economia e para a sociabilidade ao concentrar atividades essenciais para o funcionamento da cidade.

A Praça Doze de Outubro desempenha papel relevante nos deslocamentos cotidianos da população, funcionando predominantemente como espaço de passagem, mas também como espaço de encontro entre diferentes partes da cidade. Os fluxos observados durante o trabalho de campo evidenciaram que a praça atua como importante eixo de circulação urbana, especialmente em razão da presença do transporte intermunicipal, do comércio e dos serviços concentrados em seu entorno. Através das entrevistas realizadas e das observações de campo demonstraram que a praça possui forte dimensão identitária para a população local, sendo reconhecida como espaço de memória coletiva, convivência e referência urbana. Embora parte significativa dos entrevistados tenha apontado o deslocamento cotidiano como principal motivo de utilização do

espaço, também foram identificados usos relacionados ao lazer, aos encontros sociais e às práticas religiosas, evidenciando a multifuncionalidade da praça no cotidiano urbano municipal.

Compreender o espaço vivido permitiu identificar que a praça é produzida continuamente pelas práticas sociais que nela se realizam. Durante os dias úteis, predominam fluxos associados às atividades econômicas, aos serviços e aos deslocamentos pendulares em direção à capital baiana. Já nos finais de semana, especialmente nas noites de sexta-feira, sábados e domingos, a praça assume funções mais vinculadas ao lazer e à sociabilidade, intensificando sua condição enquanto espaço de convivência coletiva e dinamismo social.

Além de desempenhar papel central na organização urbana municipal, a Praça Doze de Outubro e seu entorno imediato também expressam contradições inerentes à produção desigual do espaço, apresentando maior concentração de serviços, equipamentos urbanos e atividades econômicas em comparação a outras áreas do município. Tal configuração evidencia a reprodução de uma lógica centro-periferia no espaço urbano local.

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que São Sebastião do Passé não pode ser compreendido de forma isolada, uma vez que o município está inserido nas transformações espaciais associadas à Região Metropolitana de Salvador. Os deslocamentos pendulares, a reorganização das atividades econômicas e a expansão urbana em direção aos eixos rodoviários demonstram novas dinâmicas territoriais que influenciam diretamente a organização da cidade. Ainda assim, a Praça Doze de Outubro permanece como importante centralidade histórica, funcional e simbólica, reafirmando seu papel na articulação da vida urbana cotidiana.

Conclui-se que a Praça Doze de Outubro constitui um espaço em constante movimento, produzido continuamente pelas práticas sociais, pelos fluxos urbanos e pelas relações simbólicas estabelecidas no cotidiano da cidade. A análise desenvolvida demonstrou que a praça sintetiza diferentes temporalidades e funções urbanas, evidenciando como as práticas cotidianas, os processos econômicos e as relações sociais participam continuamente da produção do espaço urbano.

Além disso, as percepções obtidas durante o trabalho de campo e as entrevistas realizadas reforçam a importância simbólica e afetiva da Praça Doze de Outubro para os moradores, demonstrando que o espaço público não se limita às suas funções materiais e estruturais, mas também constitui lugar de memória, pertencimento e construção de identidades. Nesse sentido, compreender a dinâmica da praça significa também compreender as relações espaciais que produzem e transformam continuamente a cidade de São Sebastião do Passé.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para futuras discussões acerca da centralidade urbana, da produção do espaço e das dinâmicas socioespaciais em cidades pequenas e médias inseridas em contextos metropolitanos, ressaltando a importância dos espaços públicos enquanto elementos fundamentais da organização urbana, da sociabilidade e da experiência cotidiana da população.

7. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ARAÚJO, Marny Pessoa Silva de; ANDRADE, Ana Paula Guedes de. **Dinâmica espacial: antigas e novas formas de metropolização**. Revista Rural & Urbano, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BAHIATERRA. **Recôncavo Baiano: 10 cidades históricas cheias de riqueza cultural**. Disponível em: <https://www.bahiaterra.com/posts/reconcavo-baiano>. Acesso em: 29 jan. 2026

BAHIA (Estado). Lei Complementar nº 41, de 13 de junho de 2014. Dispõe sobre a organização da Região Metropolitana de Salvador e institui a Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador (EMRMS). Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 13 jun. 2014.

BAR TIÃO PASSÉ. História da cidade. Blog Bar Tião Passé, 2012. Disponível em: <https://bartiaopasse.blogspot.com/2012/10/historia-da-cidade.html>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém Fortaleza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1973.

BRASIL. **Ministério das Cidades. O que são equipamentos públicos (urbanos e comunitários)** Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/>. Acesso em: 7 maio 2026.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BORGHI MOREIRA CARVALHO, Gabriel; MATTEI DE ARRUDA CAMPOS, Ana Cecília. **Transformações e permanências na Praça da Sé**. Cuaderno 252 – Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, Buenos Aires, p. 65–79, 2025.

BOVO, Marcos Clair; HAHN, Carlos; RÉ, Diego Augusto. **Praças públicas e a dinâmica socioespacial em cidades de pequeno porte**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 18, n. 2, p. 252–265, 2016.

CANÇÃO NOVA. **São Sebastião, o soldado martirizado**. Canção Nova. Disponível em: <https://santo.cancaonova.com/santo/sao-sebastiao/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CASTAGNO, Mara; ARAGÃO, Thêmis Amorim. **Região Metropolitana de Salvador: governança e planejamento**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017. Anais [...]. São Paulo: ANPUR, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2007c.

CITY POPULATION. **Population statistics of Brazilian municipalities**. Disponível em: <https://www.citypopulation.de>. Acesso em: 19 maio 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). **Histórico institucional e atuação no planejamento urbano da RMS**. Salvador: CONDER, s.d. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2026.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 19 maio 2026.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DIOCESE DE CAMAÇARI. **Santa missa marcou a celebração dos 304 anos da Paróquia São Sebastião do Passé**. Camaçari, 2022. Disponível em: <https://www.diocesedecamacari.com.br/noticias/santa-missa-marcou-a-celebracao-dos-304-anos-da-paroquia-sao-sebastiao-do-passe>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ESPACIOS. **A mobilidade nas metrópoles**. Revista ESPACIOS, v. 38, n. 31, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n31/17383122.html>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Museu disponibiliza acesso à coleção Governador Francisco Góes Calmon**. Portal Bahia.ba. Disponível em: <https://bahia.ba/entretenimento/museu-disponibiliza-acesso-a-colecao-governador-francisco-goes-calmon/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IGNAZZI, Cosmo Antonio. **The Brazilian urban system: the trajectories of Brazilian cities between general dynamics and specific peculiarities**. Cybergeog: European Journal of Geography, Paris, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cybergeog/27349>. Acesso em: 29 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: São Sebastião do Passé**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/sao-sebastiao-do-passe.html>. Acesso em: 19 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região Metropolitana de Salvador**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Governança metropolitana no Brasil: o caso da Região Metropolitana de Salvador**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2026.

IPATRIMÔNIO. São Sebastião do Passé – Engenho Lagoa. **Ipatrimônio: Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-sebastiao-do-passe-engenho-lagoa>. Acesso em: 30 jan. 2026.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LAMB, Nairo Venício Wester; CUNHA, Lucas Lopes. **O papel das praças públicas na consolidação da função social da cidade: análise da sua contribuição na evolução urbana sob um viés histórico**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999a.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro; ALMEIDA, Ivânia Linhares de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG – 2010**. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 321-339, 2017. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1001>. Acesso em: 19 maio 2026.

LUZ, Everton Barbosa da. **A “Nova Paulista”: o processo de renovação urbana na área central do município de Paulista/PE. 2018.** 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MARENGO, Shanti Nitya. **Santo Amaro-BA: um lugar de muitos lugares. 2016.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

MILANESI, Renata. **Praça da Sé: evolução urbana e espaço público. 2002.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil.** In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Integração dos municípios brasileiros à dinâmica de metropolização.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>. Acesso em: 29 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ. **[Prefeitura autoriza Ordem de Serviço da 1ª etapa de requalificação do Mercado Cultural].** São Sebastião do Passé, [s.d.]. Disponível em: <https://www.saosebastiaodopasse.ba.gov.br/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

REIS, João José. **A morte é uma festa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. **Metrópoles brasileiras: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Raony Fideles. **Instrumentos da política urbana no Estatuto da Cidade. Jusbrasil, 25 abr. 2019.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/instrumentos-da-politica-urbana-no-estatuto-da-cidade>. Acesso em: 7 maio 2026.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).

SABINO, Jamilson Lisboa. **Equipamentos urbanos e equipamentos comunitários na regularização fundiária urbana**. Migalhas, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/407932/equipamentos-urbanos-e-equipamentos-comunitarios-na-regularizacao>. Acesso em: 7 maio 2026.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **Percursos urbanos e evolução da forma da cidade: a avenida Eptácio Pessoa como instrumento de análise da evolução urbana de João Pessoa – PB**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982b.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985c.

SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ. Lei Municipal nº 017/2006. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de São Sebastião do Passé**. São Sebastião do Passé: Prefeitura Municipal, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – SEAD. São Sebastião do Passé: histórico. Superintendência de Educação a Distância, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://sead.ufba.br/sao-sebastiao-do-passe>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VIDAL, Dállet. **Plano diretor**. Jusbrasil, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/plano-diretor>. Acesso em: 7 maio 2026.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

8. ANEXOS

Anexo 1: Funil representativo do referencial teórico da pesquisa



Fonte: Elaboração Rebeca Ribeiro Chagas (2026).

Anexo 1: Representação articulada do referencial teórico da pesquisa

- ✓ Articula fluxos urbanos;
- ✓ Concentra funções centrais;
- ✓ Fortalece identidade urbana;
- ✓ Expressa produção do espaço.

Fonte: Elaboração Rebeca Ribeiro Chagas (2026)

9. APÊNDICE

QUESTIONÁRIO: PRAÇA DOZE DE OUTUBRO

As respostas deste questionário serão utilizadas para uma análise estimativa sobre a utilização da Praça Doze de Outubro para o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - UFBA

1. Qual a sua idade:
 - ☐ 15–20
 - ☐ 21–30
 - ☐ 31–40
 - ☐ 41–50
 - ☐ 51–60
 - ☐ Acima de 60

2. Há quanto tempo mora em São Sebastião do Passé?
 - ☐ Menos de 5 anos
 - ☐ 5 a 10 anos
 - ☐ 10 a 20 anos
 - ☐ Mais de 20 anos
 - ☐ Desde que nasceu

3. Com que frequência você frequenta a Praça Doze de Outubro?
 - ☐ Todos os dias
 - ☐ Algumas vezes por semana
 - ☐ Apenas aos finais de semana
 - ☐ Raramente

4. Você percebe diferenças entre a área central da cidade e os bairros mais afastados?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não

5. Você considera a Praça Doze de Outubro o principal centro da cidade?
 - ☐ Sim

- ☐ Não
6. Você acredita que a praça representa a identidade de São Sebastião do Passé?
- ☐ Sim
☐ Não
☐ Parcialmente
7. Como você avalia a infraestrutura da praça?
- ☐ Ótima
☐ Boa
☐ Regular
☐ Ruim
8. Você considera a praça um espaço:
- ☐ De convivência
☐ De passagem
☐ De comércio
☐ De lazer
☐ Cultural/religioso
9. Em qual período você mais utiliza a praça?
- ☐ Manhã
☐ Tarde
☐ Noite
☐ Finais de semana
10. Você possui alguma memória marcante relacionada à praça?
- ☐ Sim
☐ Não
11. Qual o principal motivo de utilizar a praça?
- ☐ Lazer
☐ Trabalho
☐ Passagem/deslocamento
☐ Comércio/serviços
☐ Encontros sociais
☐ Eventos religiosos